



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GIOVANA REGINA DA SILVA CRISTANTE

**ANÁLISE CURRICULAR DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIROS EM
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA AO AUTISMO**

Londrina
2024

GIOVANA REGINA DA SILVA CRISTANTE

**ANÁLISE CURRICULAR DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIROS EM
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA AO AUTISMO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento;

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara de Freitas

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

G512a Cristante, Giovana Regina da Silva.
Análise curricular de cursos de pós-graduação brasileiros em análise do comportamento aplicada ao autismo / Giovana Regina da Silva Cristante. - Londrina, 2024.
77 f.

Orientador: Maria Clara de Freitas.
Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Análise do Comportamento Aplicada - Tese. 2. Transtorno do Espectro Autista - Tese. 3. Intervenções baseadas em ABA - Tese. 4. Formação profissional - Tese. I. Freitas, Maria Clara de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9

GIOVANA REGINA DA SILVA CRISTANTE

**ANÁLISE CURRICULAR DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIROS EM
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA AO AUTISMO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento;

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Clara de Freitas
Universidade Estadual de Londrina

Prof^ª. Dr^ª. Juliana Pinto dos Santos
Centro Universitário de Votuporanga

Prof^ª. Dr^ª. Silvia Cristiane Murari
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 19 de julho de 2024.

Aos meus filhos, Miguel e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Realizar um mestrado é percorrer um caminho extenso que não se limita apenas às atividades relacionadas a sua execução. Enfrentei muitos desafios e momentos de dúvidas e de incertezas ao longo do processo. Portanto, mais que um título acadêmico importante, o mestrado representa pra mim uma fase especial da minha vida, uma jornada de crescimento pessoal e profissional. É uma conquista que enriquece não somente o meu currículo, mas que me transforma enquanto pessoa.

Desde que eu vi o meu nome da lista de aprovados, mesmo sem ao certo saber sobre como seria todo o processo, ali já me senti privilegiada e agradecida por estar ocupando esse lugar tão almejado. Sinto uma gratidão imensa por todas as pessoas que estiveram ao meu lado, me apoiando, incentivando e inspirando ao longo dessa jornada. Sem o apoio de vocês, eu não teria conseguido chegar até aqui. Então, de coração, obrigada:

Primeiramente, a Deus por guiar meus passos e me fortalecer durante a jornada, permitindo a conquista deste sonho.

À minha família: meu companheiro Gustavo, que tem sido meu porto seguro, sempre presente nos momentos mais importantes da minha vida. Aos meus filhos Miguel e Pedro, que são minha inspiração diária e o motivo maior de todas as minhas conquistas. À minha mãe Cris, cujo amor e apoio foram essenciais para me manter firme e confiante ao longo do processo.

À minha orientadora Maria Clara de Freitas, obrigada por ter aceito caminhar nesta jornada junto comigo, mesmo nos momentos mais desafiadores você me estendeu a mão e entendeu a minha jornada como “marinheira de primeira viagem” no mundo acadêmico. É uma honra ser sua orientanda, Clara. Minha admiração a você.

À professora Silvia Murari, agradeço pelo incentivo constante, pela empatia e pelas valiosas contribuições ao longo deste trabalho.

À minha amiga e parceira de mestrado Patrícia Motta, agradeço pelas trocas de

experiências e pelo apoio mútuo ao longo do curso.

A todos os professores do programa de Mestrado em Análise do Comportamento que contribuíram para o meu aprendizado, aos pacientes e familiares que confiaram em meu trabalho, aos meus professores de graduação que me inspiraram a escolher o meio acadêmico como atividade profissional, aos meus colegas de trabalho pelo apoio diário, palavras de incentivo e amizade e aos meus alunos do curso de Psicologia do Centro Universitário de Votuporanga. Um agradecimento especial à Taires, sua ajuda é inestimável e sou imensamente grata por seu apoio. Cada um de vocês teve um papel fundamental em tornar este sonho uma realidade. A todos vocês, o meu muito obrigada!

Cristante, G. R. da S. **Análise curricular de cursos de pós-graduação brasileiros em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo**. 2024. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento), Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

RESUMO

Nas últimas décadas, houve um aumento exponencial no número de diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA), tornando este um transtorno altamente prevalente. Apesar desse crescimento significativo, nem toda a população autista tem acesso ao tratamento adequado. Estudos indicam que uma intervenção baseada em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) abrangente, intensiva e precoce resulta em melhorias significativas no desenvolvimento de autistas. Um critério preditor de uma intervenção efetiva é a qualidade da formação dos profissionais que atuam nas intervenções em ABA para TEA. Existem órgãos de certificação internacionais que credenciam esses profissionais, visando garantir o cumprimento de pré-requisitos para o exercício da função, como formação teórica, filiação em conselhos profissionais e prática supervisionada. As certificações têm sido um mecanismo eficaz para assegurar a qualidade no padrão de atuação. Em 2023, foi lançada uma proposta de certificação profissional brasileira, chamada CABA-BR, nos mesmos moldes dos órgãos internacionais. Com o aumento no número de diagnósticos, há também a necessidade de aumentar a oferta de cursos de pós-graduação que formam esses profissionais para atuar na área. No Brasil, os cursos de pós-graduação *lato sensu* em ABA têm se multiplicado nos últimos anos, sendo responsáveis, em grande parte, pela formação e especialização dos profissionais que trabalham na área que está em expansão. Como são esses cursos, seus currículos e índices de adequação e qualidade, bem como os impactos de tais aspectos tanto na formação do profissional analista do comportamento quanto na qualidade do atendimento realizado por ele junto a autistas ainda são perguntas que carecem de respostas. Com isso em vista, este trabalho teve por objetivo analisar as grades curriculares dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo reconhecidos pelo MEC - Ministério da Educação, tendo como critério as recomendações de formação expressas no manual de certificação de prestadores de serviços de intervenções baseadas em ABA para TEA/Desenvolvimento Atípico (CABA-BR), do grupo IBES. Foram analisadas as grades curriculares de 15 cursos, e os resultados confirmam o aumento exponencial na abertura de cursos, além de apontarem para uma heterogeneidade nos conteúdos programáticos, sugerindo uma falta de padronização na formação profissional neste nível de ensino. Discute-se as implicações possíveis destes dados no serviço prestado pelo profissional formado e sugere-se caminhos futuros para ampliação dessa linha de avaliação. A presente pesquisa representa uma análise preliminar que poderá contribuir com a produção de conhecimento e favorecer o desenvolvimento da profissão e do ensino de análise do comportamento aplicada ao TEA no Brasil, com a garantia da oferta de um serviço de qualidade aos autistas e suas famílias.

Palavras-chave: Análise do Comportamento Aplicada. Transtorno do Espectro Autista. Intervenções baseadas em ABA. Certificação profissional. Formação profissional. Cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Cristante, G. R. da S. **Curricular analysis of brazilian graduate programs in Applied Behavior Analysis for Autism**. 2024. Dissertation (Master's Degree in Behavior Analysis), Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

ABSTRACT

In recent decades, there has been an exponential increase in the number of Autism Spectrum Disorder (ASD) diagnoses, making it a highly prevalent disorder. Despite this significant growth, not all individuals with autism have access to appropriate treatment. Research indicates that comprehensive, intensive, and early intervention based on Applied Behavior Analysis (ABA) leads to significant improvements in the development of individuals with autism. A predictor criterion of an effective intervention is the quality of the training of professionals involved in ABA interventions for ASD. There are international certification organizations that credential these professionals, aiming to ensure the fulfillment of prerequisites for the practice, such as theoretical training, affiliation with professional councils and supervised practice. Certifications have been an effective mechanism to ensure quality in the standard of practice. In 2023, a proposal for a Brazilian professional certification called CABA-BR was launched, following the same model as international organizations. With the increase in diagnoses, there is also a need to expand the availability of graduate programs that train these professionals to work in the field. In Brazil, *lato sensu* graduate programs in ABA have multiplied in recent years. They are largely responsible for the education and specialization of professionals working in this expanding field. The structure of these courses, their curriculum, adequacy indices and quality standards, as well as the impacts of these aspects on the training of behavior analyst professionals and the quality of care provided to individuals with autism, remain unknown. These are still questions that need answers. With this in mind, this study aimed to analyze the curriculum of *lato sensu* graduate programs in Applied Behavior Analysis for Autism, recognized by the “Ministry of Education” (MEC), using as criteria the training recommendations outlined in the certification manual for providers of ABA interventions for ASD/Atypical Development (CABA-BR) by the IBES group. The curriculum of 15 courses were analyzed, and the results confirm the exponential increase in the opening of programs, as well as indicating heterogeneity in the course contents, suggesting a lack of standardization in professional training at this level of education. The possible implications of these data for the service provided by the trained professional are discussed and future paths for expanding this line of assessment are suggested. This research represents a preliminary analysis that can contribute to knowledge production and promote the development of the profession and education of Applied Behavior Analysis for ASD in Brazil, ensuring the provision of quality services to individuals with autism and their families.

Keywords: Applied Behavior Analysis (ABA). Autism Spectrum Disorder (ASD). ABA-based interventions. Professional certification. Professional training. Postgraduate specialization programs.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	<i>Applied Behavior Analysis</i>
ABPMC	Associação Brasileira de Ciências do Comportamento (anteriormente: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental)
APA	<i>American Psychological Association</i>
BACB	<i>Behavior Analyst Certification Board</i>
BCBA	<i>Board Certified Behavior Analyst</i>
CABA-BR	Certificação de Prestadores de Serviço de Intervenções Baseada em ABA para TEA/ Desenvolvimento Atípico
CDC	Centro de Controle de Doenças
CID	Classificação Internacional de Doenças
DSM	<i>Diagnostic and Statistical Manual</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PBE	Prática Baseada em Evidência
PECS	<i>Picture Exchange Communication System</i>
QABA	<i>Qualified Applied Behavior Analysis Credentialing Board</i>
ABAT	<i>Applied Behavior Analysis Technician</i>
QASP-S	<i>Qualified Autism Service Practitioner-Supervisor</i>
QBA	<i>Qualified Behavior Analyst</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
TDAH	Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TEACCH	<i>Treatment and of Autistic and Related Communication Handicapped Children</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fluxograma de Seleção dos Cursos Sobre Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo Autorizados pelo MEC	30
Figura 2- Ano de Abertura de Cursos ABA para TEA no Brasil de Acordo com a Busca Inicial Realizada	42
Figura 3- Quantidade de Cursos com e sem Egressos	43
Figura 4- Formação dos Coordenadores dos Cursos de Especialização Lato Sensu Analisados	44
Figura 5- Percentual de Cursos que Cumprem, Cumprem Parcialmente e não Cumprem os Critérios Mínimos de Formação dos Cinco Eixos Analisados.....	49
Figura 6- Percentual de Oferta por Conteúdo	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Critérios de Inclusão e Exclusão	30
Tabela 2- Eixos Programáticos Obrigatórios e Carga Horária Indicados pelo Manual CABA- BR.....	35
Tabela 3- Conteúdos Programáticos Obrigatórios em Cada Eixo.....	37
Tabela 4- Critérios de Categorização das Disciplinas.....	37
Tabela 5- Identificação dos Cursos que Entraram para Análise	40
Tabela 6- Exemplo de Procedimento Realizado para Categorização de uma Disciplina que foi Considerada “Cumpre Parcialmente”.....	46
Tabela 7- Categorização dos Conteúdos Programáticos dos Cursos de ABA Aplicado ao TEA Analisados e Aplicação dos Critérios de Análise de Dados e Carga Horária	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 OBJETIVOS	28
1.1 Objetivo geral	28
1.2 Objetivos específicos	28
2 MÉTODO	29
2.1 Procedimento de coleta de dados	29
<i>2.1.1 Etapa 1. Identificação e seleção dos cursos elegíveis para análise</i>	29
<i>2.1.2 Etapa 2. Aplicação de critérios de inclusão e exclusão</i>	30
<i>2.1.3 Etapa 3. Busca pelas grades curriculares</i>	31
2.2 Procedimento de Análise de dados	32
<i>2.2.1 Instrumento de análise de dados</i>	33
<i>2.2.2 Eixos temáticos para análise</i>	35
2.3 Critérios de análise	36
3 RESULTADOS	40
3.1 Busca e seleção	40
3.2 Análise geral dos cursos	41
<i>3.2.1 Dados de abertura</i>	41
<i>3.2.2 Dados sobre egressos</i>	42
<i>3.2.3 Dados sobre modalidade: presencial ou EAD</i>	43
<i>3.2.4. Dados sobre a formação dos coordenadores</i>	43
3.3 Análise curricular dos cursos por eixos temáticos	44
3.4 Presença dos conteúdos obrigatórios nas grades curriculares	50
3.5 Categoria Outros	51
4 DISCUSSÃO	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICES	65
Apêndice A	65
Apêndice B	76

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a maneira como uma pessoa percebe e interage com o mundo ao seu redor. Seu diagnóstico depende da identificação de uma série de déficits na comunicação e na interação social, bem como padrões restritos e repetitivos de comportamento e prejuízos de autonomia ao longo da vida, conforme descritos nos manuais diagnósticos CID-11 da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) e no DSM-5 TR da American Psychological Association (APA, 2023).

Vale ressaltar que por se tratar de um transtorno da categoria do neurodesenvolvimento, os sinais precisam estar presentes desde os primeiros anos de vida (OMS, 2019; APA, 2023; Fernandes, Tomazelli & Girianelli, 2022). Além das características específicas do TEA estarem presentes desde o período inicial do desenvolvimento, para que se obtenha o diagnóstico é necessário que esses sintomas causem prejuízos significativos no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida da pessoa. Também é preciso que haja a exclusão de outros quadros, como transtorno do desenvolvimento intelectual ou atraso global no desenvolvimento (APA, 2023).

Com o objetivo de gerar diagnósticos mais assertivos, atualizar dados estatísticos e possibilitar o planejamento de ações assistenciais e de políticas públicas, foi aprovada, em 2019, a 11ª edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) pela Organização Mundial de Saúde. Em conformidade com o DSM 5 TR (APA, 2023), a CID 11 também adotou a nomenclatura de Transtorno do Espectro Autista.

Com esses objetivos da CID 11, o diagnóstico de TEA passou a ter novas subdivisões e especificadores relacionados à presença ou não de deficiência intelectual e comprometimento da linguagem funcional em três diferentes níveis (OMS, 2019). Tais especificadores, propostos pela CID 11, têm como função contribuir para a objetividade no diagnóstico e uma maior assertividade nas propostas de tratamento, podendo auxiliar no entendimento da funcionalidade

do autista e, conseqüentemente, na indicação terapêutica (Fernandes et al, 2022).

É notório o aumento expressivo no número de diagnósticos de TEA. Atualmente, o número mais aceito mundialmente é a estatística do órgão do governo dos Estados Unidos, *Center of Diseases Control and Prevention* - CDC, que realiza pesquisa com a população estadunidense a cada dois anos. Os dados da última pesquisa realizada em 2023, indica que 1 a cada 36 crianças com até 8 anos são diagnosticadas com autismo (CDC,2023). Se comparado à pesquisa anterior, realizada em 2021 pelo mesmo centro de pesquisa e com a mesma população, este número representa um aumento de 22% no número de diagnósticos no referido período. Em 2021, a pesquisa indicou que 1 a cada 44 crianças com até 8 anos eram diagnosticadas com autismo (CDC, 2021; 2023).

Ao fazer uma transposição para a população brasileira, levando em consideração o resultado da pesquisa de 2023 do CDC, o número estimado seria o equivalente a 6 milhões de diagnósticos de autismo, algo em torno de 2% da população brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2022). Como medida inicial para mapear os números de pessoas autistas no Brasil, a partir da sanção da Lei nº 13.861/2019, passou a ser obrigatório ao IBGE incluir no questionário de coleta de dados junto à população brasileira perguntas acerca do autismo.

Em conformidade com a referida lei, o Censo de 2022 representou um marco ao incluir pela primeira vez uma pergunta específica sobre o autismo. A pesquisa foi organizada por meio de dois formulários, e a questão específica sobre o autismo esteve no “Questionário de Amostra”, mais detalhado e utilizado numa parcela menor da população (11%). A pergunta incluída foi a seguinte: “Já foi diagnosticado(a) com autismo por algum profissional de saúde?”, podendo a pessoa responder sim ou não. Os resultados desta pesquisa, quando divulgados, fornecerão informações preliminares sobre a prevalência diagnóstica no Brasil (IBGE, 2022).

Existem algumas hipóteses que tentam justificar o fenômeno de aumento expressivo de

diagnósticos; uma das razões possíveis seriam as mudanças nos critérios diagnósticos, com a atualização dos manuais: DSM V-TR e a CID-11. O crescimento no número de diagnósticos também poderia ser justificado em virtude do aperfeiçoamento técnico dos profissionais, disseminação de conhecimento científico e maior acesso da população à informação e aos tipos de intervenção (Fombonne, 2009; Freitas, 2022; Fernandes et al., 2022).

Entretanto, algumas críticas têm hipotetizado uma possível tendência para diagnósticos excessivos, às vezes atribuídos a um “modismo”. Essas críticas se apoiam no aumento de 20 vezes na quantidade de diagnósticos de TEA; Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e Transtornos Bipolares na infância, que também figuram entre aqueles com maior índice de aumento de diagnósticos (Frances, 2015). Frances (2015) acredita que estamos diante não de um real aumento de casos de TEA, e sim em meio a uma inflação diagnóstica. Segundo ele, essa inflação resulta da tendência de expandir os critérios diagnósticos ao ponto de levar à inclusão de muitas pessoas que, em outras circunstâncias, não seriam tipificadas.

É crucial, diante desse cenário, aprofundar a discussão sobre os motivos que levaram ao fenômeno global de aumento nos diagnósticos de autismo a fim de obter uma compreensão mais completa e abordar efetivamente essa questão.

Logo após receberem o diagnóstico, espera-se que as pessoas diagnosticadas e/ou seus familiares iniciem uma busca por informações e tratamentos que possam amenizar os sintomas e prejuízos de desenvolvimento relacionados ao transtorno. Sendo assim, cabe destacar que, apesar do aumento significativo no número de diagnósticos, nem toda essa população tem acesso ao tratamento adequado. Para os autores Portolese et al. (2017), embora o Sistema Único de Saúde (SUS) seja responsável pela maioria dos atendimentos, não há dados disponíveis sobre a existência, qualidade e abrangência desses serviços.

Quanto às características do serviço prestado pelo SUS, suas diretrizes não preconizam uma estruturação com foco em algum transtorno específico. Ainda que esse modelo apresente

a vantagem de reduzir a estigmatização dos pacientes, há desafios evidentes. O primeiro é a falta de serviços específicos comprovadamente eficazes para pessoas autistas, sendo uma desvantagem significativa. Além disso, são inúmeras as dificuldades em identificar quais serviços realmente oferecem cuidados a pessoas autistas, resultando em pouca clareza sobre sua localização e atividades realizadas (Teixeira, 2016; Portolese et al., 2017).

A disponibilidade de serviços de intervenção precoce, intensiva e baseada em evidências é praticamente restrita à rede privada, sendo um empecilho para grande parte da população acessá-los. Além do desafio financeiro para obter tratamento, destaca-se a escassez de profissionais qualificados devido à alta demanda causada pelo aumento significativo no número de diagnósticos (Oliveira, 2017). No estudo conduzido por Portolese et al. (2017), foi realizado um mapeamento dos centros de atendimento, revelando uma insuficiência no número de instituições para atender autistas no Brasil. Os autores também identificaram uma variabilidade nas características dos serviços prestados, indicando uma falta de padronização nos procedimentos adotados. Essas descobertas destacam a urgência da criação de políticas públicas e investimentos destinados à população autista, assim como a necessidade de desenvolver novas abordagens de assistência baseadas em evidências científicas, garantindo a eficácia dos serviços oferecidos a esse grupo (Portolese et al., 2017).

Uma das principais formas de intervenção baseada em evidências científicas para autistas é a Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis – ABA) (Foxy, 2008; Langh et al., 2021; Lovaas, 1987, Howard et al., 2014; Andalécio et al., 2019; Gomes et al., 2017; 2019; 2020). No contexto da ABA, a qualidade de uma intervenção pode ser avaliada por vários critérios, entre os quais destacam-se sua frequência e intensidade. Estes critérios são essenciais para a eficácia do tratamento e promoção do desenvolvimento do indivíduo (Granpeesheh et al., 2009; Howard et al., 2005; Lovaas, 1987; Reishow et al., 2012; Smith, 2001);

A frequência e a intensidade referem-se à regularidade com que as sessões de intervenção são realizadas ao longo de um período de tempo. Na prática, isso envolve quantas vezes por semana ou por mês o indivíduo participa das sessões de ABA. Intervenções intensivas, que muitas vezes envolvem 20 a 40 horas de terapia por semana, têm demonstrado serem altamente eficazes para melhorar a comunicação, habilidades sociais e comportamentos adaptativos em pessoas autistas (Granpeesheh et al., 2009; Howard et al., 2005; Lovaas, 1987; Reishow et al., 2012; Smith, 2001).

Isso se deve ao fato de que a aprendizagem e a consolidação de novos comportamentos requerem repetição e consistência. Intervenções realizadas com maior frequência permitem ao indivíduo ter mais oportunidades de praticar e generalizar as habilidades adquiridas, facilitando a manutenção dos progressos a longo prazo. Howard et al. (2005) compararam diferentes abordagens terapêuticas e destacam que as intervenções com maior frequência levaram a melhores resultados. Lovaas (1987), por sua vez, demonstrou que intervenções intensivas (40 horas por semana) são altamente eficazes na melhoria das habilidades cognitivas e comportamentais em crianças autistas. Granpeesheh et al. (2009) analisaram como diferentes níveis de intensidade influenciam os resultados das intervenções, também sugerindo que a maior intensidade está associada a melhores resultados. Reichow et al. (2018), em uma revisão sistemática, indicam que as intervenções precoces realizadas antes dos 4 anos de idade, e combinadas com alta frequência e intensidade, são eficazes na melhoria dos resultados para crianças autistas.

Outro ponto a se considerar é que no contexto de uma intervenção ABA, há diferentes agentes de ensino que desempenham papéis específicos e complementares para garantir a eficácia da intervenção. Entre eles, estão incluídos o supervisor, o coordenador e o aplicador (Cooper et al., 2020; Kearney, 2008; Mayer et al., 2019; O'Neil et al., 2015).

O supervisor, geralmente um analista do comportamento certificado, é responsável por

desenvolver o plano de intervenção individualizado para a criança. Isso inclui a identificação de comportamentos-alvo, estabelecimento de objetivos e seleção de estratégias de intervenção baseadas na análise funcional do comportamento. O supervisor monitora continuamente o progresso da criança por meio da coleta e análise de dados. Eles avaliam a eficácia da intervenção, fazendo ajustes conforme necessário para otimizar os resultados (Cooper et al., 2020; Kearney, 2008; Mayer et al., 2019; O'Neil et al., 2015).

Já o coordenador é responsável pela organização e logística do programa de intervenção. Isso inclui a criação de horários, coordenação de sessões de terapia e comunicação com as famílias. O coordenador pode gerenciar tarefas administrativas, como documentação, relatórios e manutenção de registros. São eles que garantem que todos os aspectos burocráticos do programa de intervenção sejam tratados de maneira eficiente. Em alguns casos, o coordenador pode ajudar a implementar protocolos específicos desenvolvidos pelo supervisor, assegurando que todos os membros da equipe sigam as diretrizes estabelecidas (Cooper et al., 2020; Kearney, 2008; Mayer et al., 2019; O'Neil et al., 2015).

Por fim, o aplicador é responsável por implementar o plano de intervenção (desenvolvido pelo supervisor e orientado pelo coordenador) com o autista. Esse plano inclui a realização de sessões de terapia, aplicação de técnicas de reforço, ensino de novas habilidades e redução de comportamentos problemáticos. O aplicador coleta dados detalhados sobre os comportamentos durante as sessões. Esses dados são críticos para avaliar o progresso e informar ajustes no plano de tratamento (Cooper et al., 2020; Kearney, 2008; Mayer et al., 2019; O'Neil et al., 2015).

A comunicação eficaz e a colaboração entre supervisor, coordenador e aplicador são fundamentais para o sucesso de uma intervenção em ABA. Cada agente de ensino desempenha um papel específico e vital, contribuindo para uma intervenção coesa e bem-sucedida. Em resumo, o supervisor desenvolve e ajusta o plano de tratamento, o coordenador gerencia a

logística e a comunicação, e o aplicador implementa diretamente as intervenções com o autista (Cooper et al., 2020; Kearney, 2008; Mayer et al., 2019; O’Neil et al., 2015).

Como exemplo de estudo que segue estas indicações, pode-se citar o trabalho de Howard et al. (2005), no qual os autores compararam três diferentes tipos de intervenção para crianças autistas, sendo: 1) analítico comportamental intensiva (relação adulto/criança 1:1 de 25/40 horas semanais), 2) terapia intensiva eclética, ou seja, com uma combinação de métodos em uma sala de aula de educação especial pública (relação adulto/criança 1:1 ou 1:2, com 30 horas semanais), 3) intervenção precoce não intensiva em programa público, com métodos ecléticos (relação adulto/criança 1:6, com 15 horas semanais). Os três grupos eram compostos por crianças com diagnóstico de autismo ou transtorno global do desenvolvimento, de acordo com os critérios do DSM-IV, tendo sido diagnosticadas antes dos 48 meses de idade.

No primeiro grupo, as crianças receberam intervenção em diversos ambientes, incluindo o ambiente familiar, a escola e comunidade. As oportunidades de aprendizado foram apresentadas por meio de tentativas discretas, ensino incidental e outros procedimentos analíticos comportamentais. Os planos de ensino individualizados de cada criança continham objetivos que foram traçados em avaliações contínuas, através de testes padronizados e medidas observacionais e eram acompanhados por uma equipe de 4 a 5 aplicadores, que atuavam de 6 a 9 horas por dia com a criança. Havia um supervisor com mestrado em psicologia ou educação especial, responsável por treinar e supervisionar os aplicadores. Alguns desses supervisores eram auxiliados por analistas do comportamento que possuíam pós-graduação em análise do comportamento. Cada supervisor era responsável pelo acompanhamento de 5 a 9 crianças e seguiam as orientações um analista do comportamento licenciado. Os pais também recebiam orientações e treinamento para aplicação dos programas. É importante destacar que as crianças deste grupo não participavam de nenhum serviço adicional, como fonoaudiologia ou terapia ocupacional.

No segundo grupo, as crianças receberam intervenção na escola pública, em uma sala de aula destinada a crianças com autismo. Um professor especialista em educação especial supervisionou o trabalho de 4 a 8 aplicadores com intervenção de 25 a 30 horas semanais. As oportunidades de aprendizado foram apresentadas através de estratégias de integração sensorial, *Picture Exchange Communication System* – PECS, um sistema de comunicação por troca de figuras), atividades extraídas do modelo *Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children* – TEACCH e ensino por tentativas discretas. A rotina diária também continha programas comuns, como atividades em roda e musicais. Os professores de sala de aula receberam orientações de profissionais pós-graduados em Análise do Comportamento, cursos com duração entre 1 a 2 anos. Algumas crianças do grupo participavam de terapia fonoaudiológica.

No terceiro grupo, as crianças foram matriculadas em salas de aula de educação especial, que atendiam crianças com diversas deficiências pelo período de 15 horas semanais. Em cada sala havia 1 professor de educação especial ou 1 fonoaudiólogo, que supervisionavam cerca de 1 a 2 aplicadores. As atividades educativas tinham ênfase na exposição à linguagem, atividades lúdicas e sensoriais. Algumas crianças do grupo participavam de terapia fonoaudiológica.

Os resultados indicaram que o grupo que recebeu intervenção analítico comportamental intensivo superou em praticamente todas as medidas de acompanhamento (exceto coordenação motora) o grupo que recebeu intervenção intensiva com métodos ecléticos. Howard et al. (2005) indicaram também que os programas supervisionados por profissionais certificados por órgãos de certificação ou com formação completa em ABA produzem melhores resultados do que os supervisionados por profissionais com formação incompleta na área. Os autores definiram como formação completa em ABA aquela em que os profissionais possuíam mestrado em psicologia ou em educação especial, além de experiência prática supervisionada em análise do comportamento aplicada a pessoas autistas (Howard et al., 2005).

Os dados apresentados neste estudo estão em concordância com outras pesquisas que atestam que a implementação de intervenção baseada em ABA – abrangente, intensiva e precoce – resulta em melhorias na linguagem, comportamento social, habilidades acadêmicas, habilidades de autocuidado e diminuição de comportamentos indesejados (Andalécio et al, 2019; Cooper et. al, 2020; De Foxx, 2008; Langh et. al, 2021; Lovaas, 1987; Gomes et al., 2017; Gomes et al., 2019; Gomes et al., 2020; Kearney, 2008; Mayer et. al, 2019; O’Neil et. al, 2015).

Em um estudo posterior também realizado por Howard et al. (2014), observou-se que os ganhos em desenvolvimento se mantiveram por pelo menos dois anos após o experimento. Os autores indicaram que o grupo que recebeu intervenção analítico comportamental intensiva e supervisionada por profissionais com formação teórico/prática completa em ABA (mestrado em psicologia ou educação especial, credenciamento por órgãos certificadores e experiência prática supervisionada), tiveram o dobro de chance em obter escores compatíveis com o esperado para a idade, em comparação com o grupo que recebeu intervenção eclética.

Com base nessa conclusão, pode-se mencionar o estudo de Dixon et.al (2016), que investigou o impacto da intensidade de supervisão, das qualificações do supervisor e carga de trabalho nos resultados de intervenções em ABA para TEA. Os dados desse estudo demonstraram que a credencial do supervisor (neste estudo: com ou sem *Board Certified Behavior Analyst – BCBA*) e a quantidade de anos de experiência são variáveis com impacto significativo no número de objetivos de aprendizagem alcançados. Já as horas de supervisão semanal e a quantidade de casos que um supervisor acompanhou, no entanto, não foram preditores significativos em relação ao número de objetivos alcançados (Dixon et al., 2016). Ainda com relação à credencial do supervisor, o estudo apontou que os supervisores com certificações BCBA produzem 73,7% maior domínio de objetivos de aprendizagem em comparação com supervisores sem BCBA (Dixon et al, 2016).

As pesquisas mencionadas indicam que para garantir a eficácia de uma intervenção em ABA para TEA, além da frequência e intensidade, outros critérios devem ser levados em consideração como a formação, credenciais (através de certificações) e experiência dos agentes de ensino (supervisor, coordenador e aplicador). Isso ressalta a necessidade de garantir uma formação adequada com o intuito de maximizar os benefícios das intervenções.

As certificações profissionais são processos conduzidos por agências de credenciamento independentes com critérios explícitos e bem descritos, compostos por várias etapas nos quais o candidato pode se submeter voluntariamente e que visam atestar sua competência e a habilidade para exercer determinada função. As certificações têm sido um mecanismo útil para assegurar padrões mínimos de formação e de conduta ética para os profissionais (Freitas, 2022).

As principais agências de credenciamento em ABA aplicada ao TEA são: a *Behavior Analyst Certification Board* (BACB), o *Qualified Applied Behavior Analysis Credentialing Board* (QABA) e o *International Behavior Analysis Organization* (IBAO). Uma das mais tradicionais certificações foi criada nos Estados Unidos, em 1998, por uma corporação que presta serviços de auxílio e de certificação profissional, a *Behavior Analyst Certification Board* (BACB). A BACB fornece três tipos de certificação profissional: *Registered Behavior Technician* (RBT), que certifica o aplicador, o profissional responsável pela aplicação programas de ensino e requer ensino médio; *Board Certified Assistant Behavior Analyst* (BCaBA), que certifica o coordenador e requer cursos de pós-graduação equivalente ao *lato sensu*; e *Board Certified Behavior Analyst* (BCBA), que certifica o supervisor e requer pós-graduação *stricto sensu*, mestrado ou doutorado. Existem pré-requisitos para todos os níveis de certificações. Os pré-requisitos dizem respeito a formação acadêmica, horas de prática supervisionada e aprovação em prova teórica (Freitas, 2022).

A BACB oferecia também a possibilidade de certificação internacional desde os anos 2000, o que possibilitou a certificação de alguns profissionais brasileiros, embora não seja

obrigatório o título para o exercício da função no Brasil. No entanto, desde 2023, o BACB passou a aceitar apenas pedidos de certificação de residentes nos Estados Unidos, Canadá, Áustria e Reino Unido.

Outra agência internacional de certificação, que hoje tem membros no Brasil, é o *Qualified Applied Behavior Analysis Credentialing Board* (QABA). Muito semelhante ao BACB, o QABA também oferece credenciamento em três níveis (aplicador, coordenador e supervisor), nos quais é necessário cumprir critérios de formação, experiência profissional supervisionada e uma avaliação teórica. A renovação das certificações mencionadas ocorre a cada dois anos. Mesmo havendo membros certificados internacionalmente, é importante mencionar que a certificação QABA não é obrigatória no Brasil para o exercício da profissão.

De fato, para exercer a profissão de analista do comportamento no país, nenhum tipo de titulação, certificação ou licença é necessário, já que inexistente um conselho profissional que fiscalize a atuação dos aplicadores, supervisores ou coordenadores que auto intitulam seus serviços como de Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo. Como resultado, é impossível traçar um perfil do profissional que atua com ABA no Brasil. Como já indicado pelos estudos internacionais, a qualidade da formação do profissional supervisor é um dos preditores mais relevantes para o sucesso da terapia, inclusive em termos de ganhos de desenvolvimento das pessoas atendidas. Assim, ao desconhecer quem são esses profissionais, onde estão, como foi sua formação e como é sua supervisão, faz-se igualmente impossível avaliar a qualidade do serviço que o autista brasileiro tem recebido, sob o título de ABA.

A criação de um sistema nacional para acreditar o trabalho de profissionais que utilizam a Análise do Comportamento como referencial científico e filosófico foi debatida por muitos anos no Brasil, especialmente durante os Encontros Anuais da ABPMC (Associação Brasileira de Ciências do Comportamento). Em 2013, a ABPMC, em assembleia, decidiu formar uma comissão composta por profissionais experientes na área para elaborar um sistema de

acreditação. Essa decisão foi tomada devido aos problemas identificados no campo profissional. Dentre os problemas descritos pelos autores, destaca-se a autointitulação inadequada de profissionais no mercado de trabalho associada a intervenções de alta eficácia, mas cuja atuação não condiz com o conhecimento da área. Esses profissionais poderiam estar utilizando-se do título como uma estratégia para vender serviços duvidosos, prejudicando tanto os potenciais beneficiários quanto a reputação da comunidade profissional (Gusso, et. al., 2018; Freitas, 2022)

Em 2019, foram publicados dois documentos pela Comissão de Desenvolvimento Atípico da ABPMC, com diretrizes sobre a formação e a atuação de profissionais que prestam serviços em ABA para autistas, sendo um deles intitulado “Registro para Prestadores de Serviço em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao Desenvolvimento Atípico/TEA da ABPMC” (Guilhardi et al., 2019a) e o segundo, mais completo, denominado “Critérios para Acreditação Específica para Prestadores de Serviço em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao Desenvolvimento Atípico/TEA da ABPMC” (Guilhardi et al., 2019b). Tais documentos foram produzidos tendo por base as recomendações dos órgãos internacionais de certificação com o propósito de ser um guia de atuação socialmente responsável e ético, mas ainda sem o poder de regulamentação (Freitas, 2022).

Em 2020, outro documento que aborda a mesma temática foi publicado pela ABPMC, intitulado “Critérios para acreditação específica de prestadores de serviços em análise do comportamento aplicada (ABA) ao TEA / desenvolvimento atípico”. Organizado em sete seções que esclarecem os tipos de intervenções ABA para TEA, quem são os prestadores de serviços e quais as suas funções, os conteúdos recomendados para a formação, os requisitos mínimos de formação de cada agente de ensino, quais documentos devem ser apresentados para comprovar a formação e, por fim, os critérios para renovação da acreditação (Souza et. al., 2020).

A acreditação implementada pela ABPMC foi um avanço sem precedentes no campo brasileiro analítico-comportamental em geral (não limitando-se à ABA), oferecendo o que a própria associação chama de “selo de qualidade em Análise do Comportamento”, pela maior associação brasileira na área, de tradição e relevância inquestionáveis. Ainda ativa, a acreditação ocorre via o envio de documentos comprobatórios da formação e experiência profissional analítico-comportamental analisados pela comissão. Contudo, por ser um processo não obrigatório para o exercício da profissão, e muitas vezes desconhecido da população que é atendida, seu alcance foi pouco expressivo. Em uma checagem dos nomes disponibilizados no site da comissão em julho de 2024, em 2023 foram acreditados 6 novos analistas do comportamento, que se somam a 18 anteriores, com a acreditação ainda dentro da validade, um total de 24 profissionais. Além destes, listam 48 analistas do comportamento indicados como honorários e 14 póstumos.

Após mais de uma década do início das discussões, em 2023 foi apresentada uma proposta de certificação profissional brasileira, Certificação de Prestadores de Serviço de Intervenções Baseada em ABA para TEA/ Desenvolvimento Atípico – CABA-BR, que utiliza os parâmetros de atuação definidos pela ABPMC em 2020, na época para a acreditação, em conjunto com um processo de certificação conduzido por uma empresa independente, o Grupo IBES (Instituto Brasileiro para Excelência em Saúde). Essa iniciativa visa proteger o público consumidor de serviços em ABA, especialmente no contexto do TEA e desenvolvimento atípico.

A CABA-BR aproxima-se do modelo internacional de certificação profissional de órgãos como o BCBA e o QABA, sendo específica para prestadores de serviço em ABA aplicada ao TEA, considerando também a formação e a prática supervisionada do profissional, que precisa ser validada e atualizada constantemente.

Os requisitos para pleitear a certificação são descritos detalhadamente no “Manual de

Certificação de Prestadores de Serviço de Intervenções Baseada em ABA para TEA/ Desenvolvimento Atípico - CABA – BR”, elaborado por renomados especialistas em ABA para TEA/ Desenvolvimento Atípico, através de um Comitê Científico e um Comitê de Validação, que compreendeu, adicionalmente, a participação de familiares, advogados, pessoas com TEA e outros interessados (CABA-BR).

No manual, esclarece-se que é oferecida a possibilidade de certificação em três níveis de atendimento ao público: supervisor, coordenador e aplicador. O manual também descreve os requisitos mínimos para pleitear qualquer um dos níveis de atendimento, sejam eles: 1. Requisitos mínimos de formação acadêmica e licença profissional; 2. Requisitos mínimos de prática supervisionada; 3. Práticas de segurança dos serviços prestados, incluindo estrutura física, gerenciamento de crise, canal de comunicação do usuário do serviço, assistência à pessoa atendida e segurança da informação, sigilo e confidencialidade.

Embora a certificação CABA-BR ainda não seja obrigatória, essa iniciativa representa um novo importante passo que pode vir a garantir a segurança e eficácia das intervenções em ABA para TEA. Ao estabelecer padrões de competência e qualidade, a partir dos modelos consagrados internacionalmente, e propor o acompanhamento de seus membros periodicamente, a certificação pode ajudar a garantir que os profissionais que trabalham nessa área possuam o conhecimento e as habilidades necessárias para oferecer intervenções eficazes e baseadas em evidências. Isso pode contribuir para a proteção dos direitos e bem-estar das pessoas com TEA e de suas famílias, além de promover a credibilidade e confiança na prática da ABA no Brasil.

O foco deste trabalho repousou em dois objetivos, sendo eles: I) analisar de forma detalhada os requisitos mínimos de formação acadêmica do agente de ensino a nível de coordenação (levando em consideração obrigatoriedade para este nível, de acordo com a certificação CABA-BR, de ser graduado em uma pós-graduação *lato sensu* na área de acordo

com os critérios presentes no referido manual); II) comparar tais requisitos às grades curriculares oferecidas nos cursos de pós-graduação ABA para TEA (CABA-BR).

Este recorte foi escolhido como uma forma de dar um passo inicial para fomentar uma análise da formação do profissional que atua em ABA no Brasil, cujo perfil ainda é muito obscuro para ambas as comunidades, analítico-comportamental e autista. Reconhecidamente, uma boa formação acadêmica não equivale necessariamente a um bom profissional, sendo inclusive apenas parte dos aspectos que a certificação CABA-BR avalia, juntamente com a prática supervisionada. Contudo, a formação em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo é indiscutivelmente condição *sine qua non* para que o profissional em ABA tenha condições de atuar com propriedade, embasado na ciência comportamental, como coordenador de uma equipe profissional.

Pela certificação CABA-BR, o coordenador credenciado deve apresentar como formação acadêmica minimamente o grau de especialização *lato sensu*, como apontado anteriormente. No Brasil, cursos de pós-graduação *lato sensu* compreendem programas de formação com duração mínima de 360 horas, abertos a profissionais diplomados em cursos de ensino superior e que atendam às exigências das instituições de ensino. Tais cursos são oferecidos por instituições de ensino superior que emitem o certificado de conclusão de curso ao aluno que concluir o conteúdo curricular com aproveitamento satisfatório (Lei n. 9394/96., Art. 44). O desenvolvimento de monografia ou trabalho de conclusão de curso (TCC) é um componente opcional da instituição em casos de cursos de pós-graduação *lato sensu*, presencial ou a distância, de acordo com o parecer CNE/CES 01 de 6 de abril de 2018.

No Brasil, os cursos de pós-graduação *lato sensu* em ABA têm se multiplicado nos últimos anos, sendo responsáveis, em grande parte, pela formação e especialização dos profissionais que trabalham na área que está em expansão. Como são esses cursos, seus currículos e índices de adequação e qualidade, bem como os impactos de tais aspectos tanto na

formação do profissional analista do comportamento quanto na qualidade do atendimento realizado por ele junto a autistas ainda são perguntas que carecem de respostas.

Diante do exposto, considerando que a) o número de diagnósticos de autismo vem crescendo mundialmente; b) que o desenvolvimento e melhora na qualidade de vida destas pessoas dependem da qualidade das intervenções e que atualmente o tratamento indicado são os baseados em ABA; c) que intervenções eficazes dependem de profissionais qualificados; d) que a qualificação profissional depende de formação acadêmica e e) que não há atualmente estudos que descrevam a formação do analista do comportamento aplicado ao TEA no Brasil, se faz extremamente relevante no presente momento, acessar e avaliar os perfis profissionais que divulgam seus trabalhos baseados em ABA para TEA no Brasil. Uma forma possível de iniciar essa análise – que por natureza é multifacetada e dinâmica – consiste na avaliação dos cursos de pós-graduação na modalidade *lato sensu* que têm formado esses profissionais, contrapondo suas grades curriculares ao que é recomendado como formação mínima pela proposta de certificação brasileira para a função de coordenador destas intervenções.

1 OBJETIVOS

1.1 Objetivo geral

Analisar as grades curriculares dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo reconhecidos pelo MEC, tendo como critério as recomendações de formação expressas no manual de certificação de prestadores de serviços de intervenções baseadas em ABA para TEA/ Desenvolvimento Atípico (CABA-BR) do grupo IBES.

1.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos, este trabalho apresenta:

- Descrever as concordâncias e/ou discrepâncias entre o que é recomendado como critérios mínimos de formação pelo manual de certificação CABA-BR e o que tem sido ofertado nas grades dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo, especialmente no que se refere a conteúdo programático e carga horária;
- Caracterizar os cursos em aspectos como data de abertura, modalidade oferecida, número de egressos e formação dos coordenadores do curso de pós lato sensu;
- Identificar nas grades curriculares a presença de disciplinas de ética, consideradas pilares importantes para a formação integral do profissional, para além das demais disciplinas teóricas obrigatórias.

2 MÉTODO

O trabalho consiste em um estudo com delineamento de natureza documental (Gil, 2008). Os materiais foram levantados a partir de pesquisa documental de grades curriculares de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo autorizados pelo MEC, ativos e em funcionamento, para formação de profissionais que poderão atuar com a população autista. Esses documentos foram comparados aos critérios de formação recomendados pelo manual de certificação de prestadores de serviços de intervenções baseadas em ABA para TEA/ Desenvolvimento Atípico CABA-BR.

2.1 Procedimento de coleta de dados

A coleta de dados deste trabalho seguiu três etapas: 1. Identificação e seleção dos cursos elegíveis para análise; 2. Aplicação de critérios de inclusão e exclusão dos cursos; e 3. Busca pelas grades curriculares. As três etapas serão detalhadas a seguir.

2.1.1 Etapa 1. Identificação e seleção dos cursos elegíveis para análise

Nesta etapa foi realizada uma consulta no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (E-MEC), onde constam os cursos de pós-graduação nacionais com funcionamento autorizado pelo Ministério da Educação. Os filtros utilizados na consulta foram: Cursos de Especialização; Modalidade: presencial e à distância; situação: ativo. As palavras-chave utilizadas na consulta foram: “Análise do Comportamento Aplicada”

2.1.2 Etapa 2. Aplicação de critérios de inclusão e exclusão

Na Tabela 1 estão descritos todos os critérios de inclusão e exclusão aplicados após a primeira busca pelos cursos de pós-graduação em ABA para TEA no portal E-MEC.

Tabela 1

Critérios de Inclusão e Exclusão

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
a. Cursos de Análise do Comportamento Aplicada ao TEA	a. Cursos de Análise do Comportamento que não fossem direcionados ao TEA
b. Cursos com egressos	b. Cursos com total de egressos zerado
c. Cursos com matrículas abertas ou turmas em andamento	c. Cursos que não estavam mais sendo ofertados pela instituição de ensino
	d. Cursos repetidos
	e. Cursos que não disponibilizassem grade curricular para consulta

Fonte: Elaboração própria

Optou-se por excluir da análise os cursos com total de egressos zerado para evitar aqueles que tenham sido abertos ou divulgados pelas instituições, mas que não estivessem de fato em andamento (e.g. cursos em estágio de busca de participantes para iniciar uma turma); bem como por se considerar que os cursos com egressos seriam os responsáveis pela formação do profissional que atua hoje com ABA no Brasil.

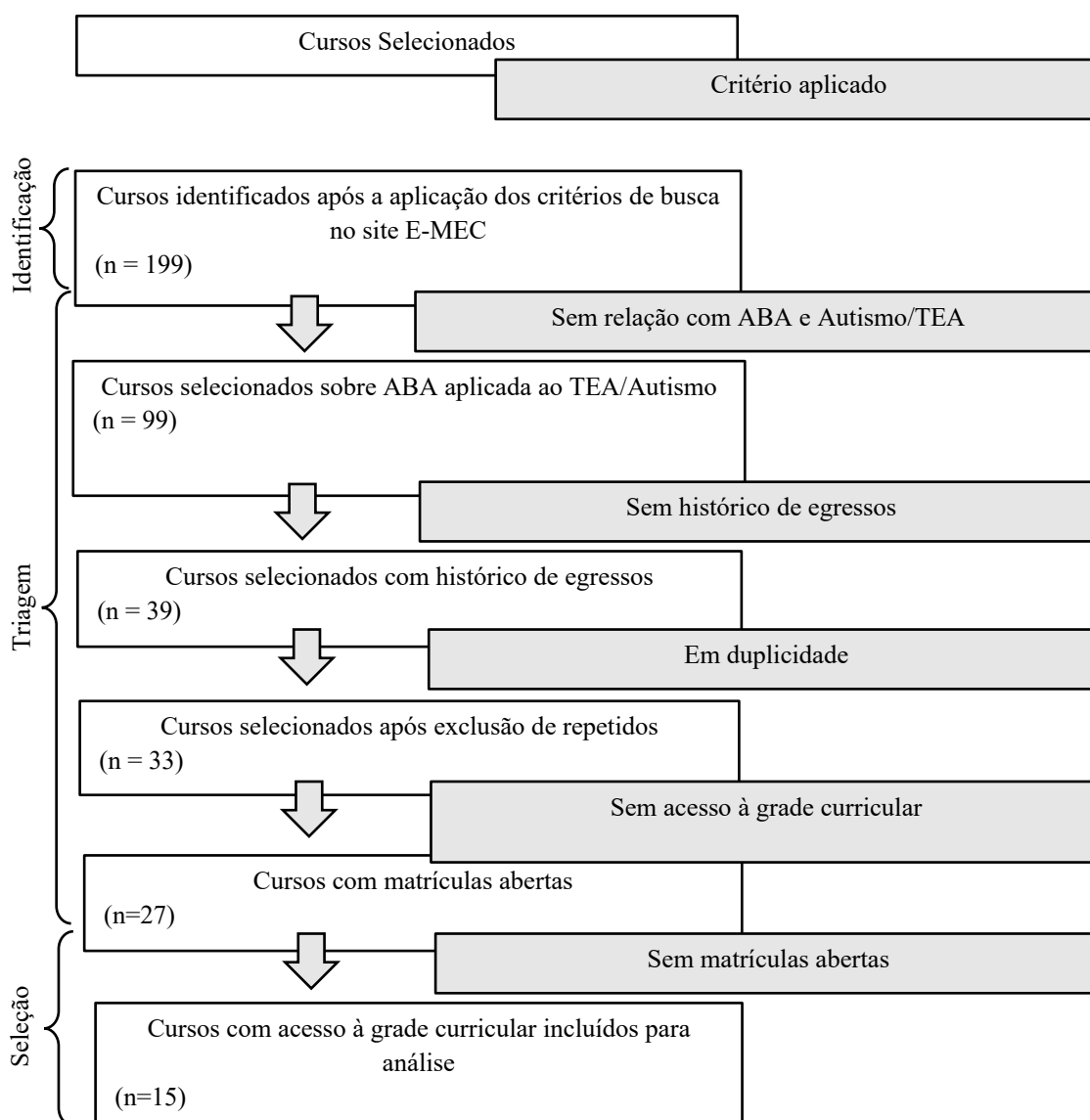
Após aplicar tal critério de exclusão, foram selecionados apenas os cursos com turmas abertas, uma vez que os cursos disponíveis e sem turmas abertas poderiam não ter grades curriculares disponíveis, ou, quando sim, poderiam estar desatualizadas. O processo de seleção, assim como a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão encontra-se apresentado na Figura 1, em formato de fluxograma, para melhor visualização.

2.1.3 Etapa 3. Busca pelas grades curriculares

Após aplicação dos critérios de inclusão/exclusão, iniciou-se a busca pelas grades curriculares nos sites das instituições de ensino dos cursos selecionados para análise. Quando não localizados no site do programa de pós-graduação, foram solicitados por *e-mail* ou *whatsapp*, a depender da via de comunicação disponibilizada no *site* em questão. Dos 27 cursos abertos com possibilidade de matrícula, 15 disponibilizaram o acesso à grade curricular no *site* da instituição ou enviaram por *e-mail*, sendo então incluídos para a análise deste trabalho.

Figura 1

Fluxograma de Seleção dos Cursos Sobre Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo Autorizados pelo MEC



2.2 Procedimento de Análise de dados

Após a coleta dos dados detalhada acima, iniciou-se a organização dos documentos para posterior análise. Os dados sobre os conteúdos das grades curriculares foram organizados em uma planilha no aplicativo Excel® e continham as seguintes categorias de análise : 1) Nome da

instituição; 2) Sigla da instituição; 3) Modalidade de ensino: presencial ou EAD (Educação a Distância); 4) Carga horária total do curso; 5) Número de egressos; 6) Nome do coordenador; 7) Formação do coordenador; 8) Forma de acesso à grade curricular: pelo *site* da IES, por *e-mail* ou por *whatsapp*. Todos esses dados estavam disponíveis e acessíveis no portal E-MEC, exceto a formação do coordenador, a qual foi obtida através do *currículo lattes* e eventualmente da grade curricular.

Em outro arquivo (uma planilha no aplicativo Excel®) foram listadas todas as disciplinas oferecidas por cada um dos 15 cursos, bem como a respectiva carga horária de cada uma delas. As disciplinas e a carga horária foram categorizadas em eixos temáticos para análise e comparação junto aos critérios mínimos de formação descritos no instrumento de análise de dados.

2.2.1 Instrumento de análise de dados

O instrumento utilizado para análise dos dados foi o Manual de Certificação de prestadores de serviços de intervenções baseadas em ABA para TEA / Desenvolvimento atípico do grupo IBES - CABA-BR (CABA-BR, 2023). O manual descreve os parâmetros mínimos de formação acadêmica para três níveis de agentes de ensino ABA para TEA: o supervisor, o coordenador e o aplicador. Este trabalho segue os parâmetros de requisitos mínimos de formação acadêmica para o agente de ensino *coordenador*, função que exige curso completo de pós-graduação *lato sensu* em análise do comportamento.

De acordo com o manual, os candidatos que desejam pleitear a certificação a nível de coordenação devem:

- a) Estar com inscrição vigente em um conselho de classe profissional da área da Saúde Humana ou Educação no Brasil (Conselho Regional de Psicologia – CFP;

Conselho Regional de Medicina – CRM; Conselho Federal de Educadores e Pedagogos – CFEP; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO, Conselho Regional de Fonoaudiologia – CRFa, etc.);

- b) Apresentar uma declaração de “nada consta ético” no conselho no qual está inscrito;
- c) Ter obtido certificado de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) em Análise do Comportamento Aplicada ou Análise do Comportamento (Ex. Clínica Analítico Comportamental, Terapia Comportamental);
- d) Obtenção do diploma em disciplinas de pós-graduação *stricto e/ou lato sensu* que contemplem os conteúdos e carga horária indicados pelo manual (CABA-BR, 2023 pp. 18-19).

A Tabela 2, a seguir, apresenta esses conteúdos, suas subdivisões em quatro eixos temáticos e a respectiva carga horária indicados pelo manual para o pleiteante ao cargo de coordenador. Os eixos temáticos são: pressupostos filosóficos e teóricos conceituais; conteúdos relacionados ao TEA/desenvolvimento atípico; avaliação e medida; e intervenção. A carga horária total indicada é de 120 horas.

Tabela 2*Eixos Programáticos Obrigatórios e Carga Horária Indicados pelo Manual CABA-BR*

Pressupostos filosóficos e teóricos conceituais	Conteúdos relacionados ao TEA/Desenv. Atípico	Avaliação e medida	Intervenção
40 h	84 h	32 h	40 h
Conceitos básicos da Análise do Comportamento	Características diagnósticas e diferenciais do Transtornos do Espectro Autista e Comorbidades	Procedimento de observação, registro e medidas do comportamento	Procedimento de manejos para minimizar comportamento
Comportamento Verbal/Linguagem		Avaliações comportamentais de habilidades	Procedimentos para ensino de novos comportamentos
		Avaliações comportamentais de problemas de comportamento	

Fonte: Adaptado de CABA-BR (2023, pp. 18-19)

Levando em consideração a existência de variações nos títulos das disciplinas oferecidas pelas diversas Instituições de Ensino Superior (IES) em todo o Brasil, o manual apresenta ainda uma lista de palavras-chave que devem estar presentes nas ementas dos cursos. Essas devem servir enquanto comprovação de que todos os conteúdos obrigatórios são contemplados na grade, além de auxiliarem na identificação de disciplinas equivalentes.

Neste trabalho, a utilização da lista de palavras deu-se durante a categorização das disciplinas em cada um dos eixos temáticos. Nos casos em que a disciplina oferecida pelo curso não se enquadrasse em nenhum dos eixos temáticos, optou-se por criar uma nova categoria denominada: Outros; e a disciplina foi remanejada para esta categoria criada.

2.2.2 Eixos temáticos para análise

Os dados foram categorizados em 5 eixos temáticos para análise. Os quatro primeiros

eixos são os mesmos que constam como eixos programáticos obrigatórios no Manual (Tabela 2), e um quinto eixo especificamente relacionado ao tema de ética também foi adicionado. A decisão de incluir este último eixo se desdobra do entendimento de que, independentemente do nível de atuação dentro da equipe multidisciplinar em ABA, é extremamente relevante que os profissionais conheçam e sigam um código de ética, e de igual forma tenham condições de refletir criticamente sobre uma atuação eticamente responsável em sua formação (Mizael & Ridi, 2022).

Como já mencionado, também foi incluída na planilha de análise uma categoria com a descrição “Outros”. Nesta categoria foram realocadas todas as disciplinas que não se enquadraram em nenhum dos cinco eixos temáticos descritos. Assim sendo, a lista dos eixos temáticos/categoria de análise se configurou: Eixo 1: Conceituais; Eixo 2: Avaliação; Eixo 3: Intervenção; Eixo 4: Conteúdos relacionados à TEA/Desenvolvimento atípico; Eixo 5: Ética; 6: Outros.

2.3 Critérios de análise

As análises foram realizadas a partir dos nomes das disciplinas disponibilizadas pelas IES a partir das grades curriculares, e posteriormente categorizadas em um dos eixos temáticos/categorias de análise previamente estabelecidos.

Para os eixos de um a quatro, a análise foi feita a partir dos títulos das disciplinas e das palavras-chaves disponibilizadas pelo próprio Manual. Para o quinto eixo, a palavra-chave empregada foi “ética” e a análise foi feita respondendo à seguinte pergunta: “Na grade curricular é apresentada alguma disciplina sobre ética?”, tendo como resposta “sim” ou “não”.

Tabela 3*Conteúdos Programáticos Obrigatórios em Cada Eixo*

Eixo 1: Conceituais
Conteúdo 1: Conceitos básicos em Análise do Comportamento
Conteúdo 2: Comportamento Verbal
Eixo 2: Avaliação
Conteúdo 3: Técnicas de observação, registro e medidas do comportamento
Conteúdo 4: Avaliações comportamentais de habilidades
Conteúdo 5: Avaliações comportamentais de problemas de comportamento
Conteúdo 6: Delineamentos experimentais de sujeito único
Eixo 3: Intervenção
Conteúdo 7: Procedimentos para minimizar comportamentos
Conteúdo 8: Técnicas para o ensino de novos comportamentos
Conteúdo 9: Desenvolvimento de currículo de ensino
Conteúdo 10: Modelos de Intervenção
Eixo 4: Conteúdos relacionados ao TEA/desenvolvimento atípico
Conteúdo 11: Desenvolvimento humano
Conteúdo 12: Características diagnósticas de diferentes transtornos do desenvolvimento
Conteúdo 13: Inclusão social
Conteúdo 14: Legislação vigente sobre os direitos das pessoas com deficiência
Conteúdo 15: Práticas baseadas em evidências
Eixo 5 – Ética
Presença ou não de disciplinas sobre Ética

Fonte: Elaboração própria a partir do Manual CABA-BR (2023)

Levando em consideração os conteúdos programáticos obrigatórios em cada eixo (Tabela 3), os critérios utilizados para análise e categorização das disciplinas curriculares de cada curso encontram-se indicados na Tabela 4.

Tabela 4*Critérios de Categorização das Disciplinas*

Critério	Categorização
Eixo 1: Conceituais	
Na grade curricular, há a oferta dos 2 conteúdos obrigatórios.	Cumpre
Na grade curricular, há a oferta de apenas 1 dos dois conteúdos	Cumpre parcialmente

obrigatórios. Na grade curricular, não há a oferta de nenhum dos 2 conteúdos obrigatórios	Não cumpre
Eixo 2: Avaliação	
Na grade curricular, há a oferta dos 4 conteúdos obrigatórios.	Cumpre
Na grade curricular, há a oferta de 1, 2 ou 3 conteúdos obrigatórios	Cumpre parcialmente
Na grade curricular, não há a oferta de nenhum dos 4 conteúdos obrigatórios	Não cumpre
Eixo 3: Intervenção	
Na grade curricular, há a oferta dos 4 conteúdos obrigatórios.	Cumpre
Na grade curricular, há a oferta de 1, 2 ou 3 conteúdos obrigatórios	Cumpre parcialmente
Na grade curricular, não há a oferta de nenhum dos 4 conteúdos obrigatórios	Não cumpre
Eixo 4: Conteúdos relacionados a TEA/Desenv. Atípico	
Na grade curricular, há a oferta dos 5 conteúdos obrigatórios.	Cumpre
Na grade curricular, há a oferta de 1, 2, 3 ou 4 conteúdos obrigatórios.	Cumpre parcialmente
Na grade curricular, não há a oferta de nenhum dos 5 conteúdos obrigatórios	Não cumpre
Eixo 5: Ética	
Na grade curricular, há a oferta de disciplina de ética.	Sim
Na grade curricular, não há a oferta de disciplina de ética.	Não

Fonte: Elaboração própria

A categorização de todas as disciplinas por eixo temático também foi realizada, de forma independente, por um segundo revisor, estudante de Psicologia. Foram comparados os dados extraídos por mim e pelo outro revisor em cada eixo (e.g. conceituais, avaliação, outros etc.). A concordância a respeito da categorização das disciplinas foi avaliada utilizando a seguinte fórmula: número total de disciplinas em concordância (178) = resultado multiplicado por 100 e depois dividido pelo número total de disciplinas analisadas (194). O grau de concordância sobre a categorização das disciplinas entre os dois revisores foi de 91,76%.

3 RESULTADOS

3.1 Busca e seleção

A busca foi realizada no mês de dezembro de 2023, e resultou inicialmente em 199 cursos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, conforme detalhado no método, restaram 15 cursos para análise. Os cursos são identificados de forma numérica e por seus respectivos nomes, conforme detalhado na Tabela 5. Compreendendo esta pesquisa enquanto uma análise preliminar que visa verificar se os cursos de pós-graduação *lato sensu* estão alinhados com os requisitos mínimos de formação estabelecidos na proposta de certificação CABA-BR – e considerando que a certificação é uma iniciativa recente com adesão ainda limitada entre os profissionais, sendo opcional para os prestadores de serviços ABA para TEA até o momento –, optou-se por não divulgar os nomes das Instituições de Ensino Superior (IES). Os nomes dos cursos foram incluídos porque considerou-os como dados relevantes para a análise.

Tabela 5

Identificação Dos Cursos Selecionados Para Análise

Número	Nome
1	ABA: Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo, Atrasos de Desenvolvimento Intelectual e de Linguagem
2	ABA – Análise do Comportamento Aplicada no Autismo, Desenvolvimento Intelectual e Linguagem
3	Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao Autismo
4	Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao Autismo e psicologia educacional para processos de inclusão
5	Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para TEA - Transtorno do Espectro Autista
6	Análise do Comportamento Aplicada (ABA) voltada para o autismo e outras neurodivergências
7	Análise do Comportamento Aplicada à educação inclusiva: AUTISMO
8	Análise do comportamento aplicada ao autismo (ABA)
9	Análise do comportamento aplicada ao autismo (ABA)

- 10 Análise do comportamento aplicada ao autismo (ABA)
 - 11 Análise do comportamento aplicada ao autismo (ABA)
 - 12 Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista (ABA)
 - 13 Análise do comportamento aplicada ao autismo (ABA)
 - 14 ABA - Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista e atraso no desenvolvimento
 - 15 Análise do comportamento aplicada ao TEA
-

Fonte: Elaboração própria

3.2 Análise geral dos cursos

A seguir, são apresentados dados sobre características gerais dos cursos analisados, incluindo data de abertura, modalidade oferecida, número de egressos e formação dos coordenadores.

3.2.1 Dados de abertura

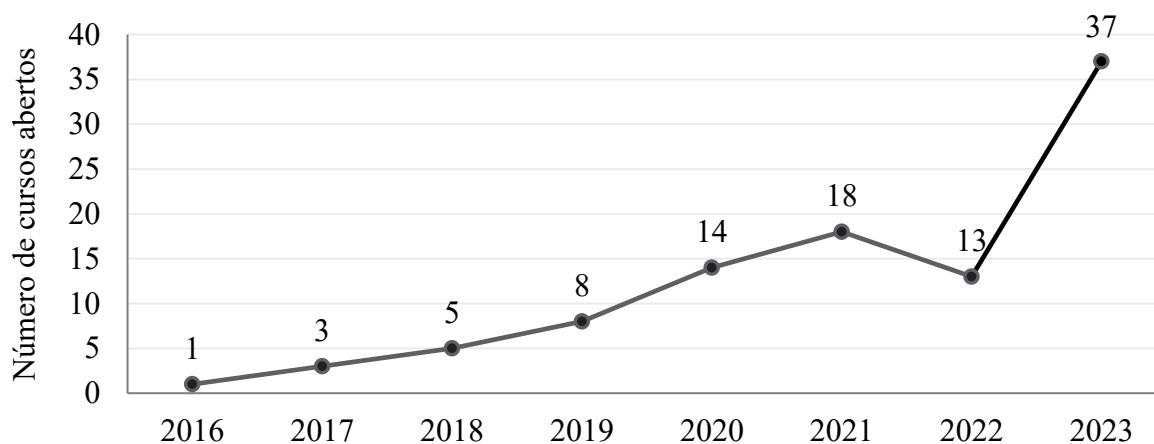
Considerando a amostra total da pesquisa obtida no portal E-MEC de cursos de Pós-graduação em ABA aplicada ao TEA – isto é, antes da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão –, foram analisados os anos de abertura de 99¹ cursos no período de 2016 a 2023.

A Figura 2 exibe dados relativos à quantidade de cursos abertos por ano pelo período analisado. Em concordância com Freitas (2022), o gráfico revela um aumento no número de cursos abertos no período. Há uma exceção no ano de 2022, em que houve uma queda na abertura de cursos, mas os outros anos apontam um aumento substancial na abertura. Enquanto em 2016 apenas 1 curso foi aberto, em 2023 foram abertos 37 novos cursos.

¹ Nota: Na primeira busca foram encontrados 199 cursos de Análise do Comportamento Aplicada, porém apenas 99 eram aplicados ao TEA (ver fluxograma presente na figura 1).

Figura 2

Ano De Abertura De Cursos ABA Para TEA No Brasil De Acordo Com A Busca Inicial Realizada



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do E-MEC.

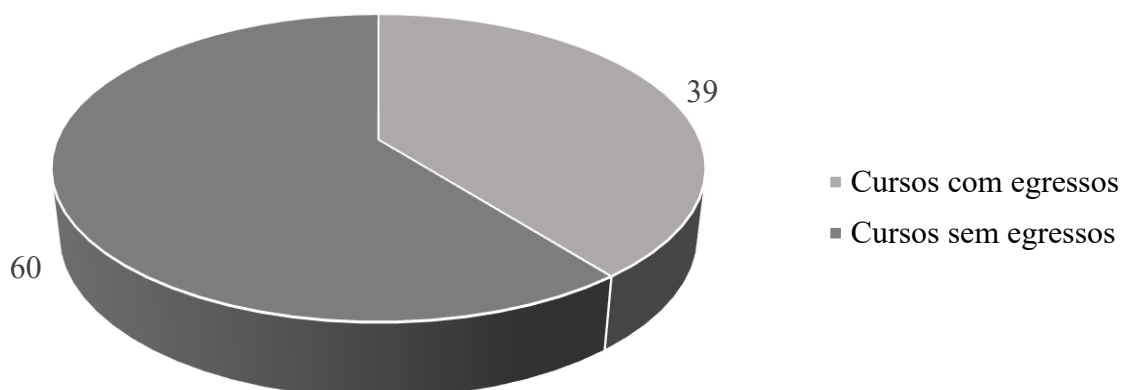
3.2.2 Dados sobre egressos

Os dados sobre o número de egressos estão disponíveis no portal E-MEC, entretanto, vale ressaltar que não é possível garantir a precisão desses números². A Figura 3, , exibe a quantidade de cursos sem egressos informados no portal E-MEC. Como pode-se visualizar, dos 99 cursos, apenas 39 já tinham egressos.

² Não há informação disponível sobre os critérios de atualização de dados sobre egressos do portal E-MEC.

Figura 3

Quantidade De Cursos Com e Sem Egressos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do portal E-MEC

3.2.3 Dados sobre modalidade: presencial ou EAD

Dos 15 cursos analisados, seis foram indicados no portal E-MEC como disponíveis apenas na modalidade presencial. Após contato com as instituições, foi constatado que esses cursos não estão mais sendo ofertados presencialmente, mas exclusivamente na modalidade online³. Portanto, todos os 15 cursos aqui analisados encontravam-se no momento da coleta de dados disponíveis apenas na modalidade EAD.

3.2.4. Dados sobre a formação dos coordenadores

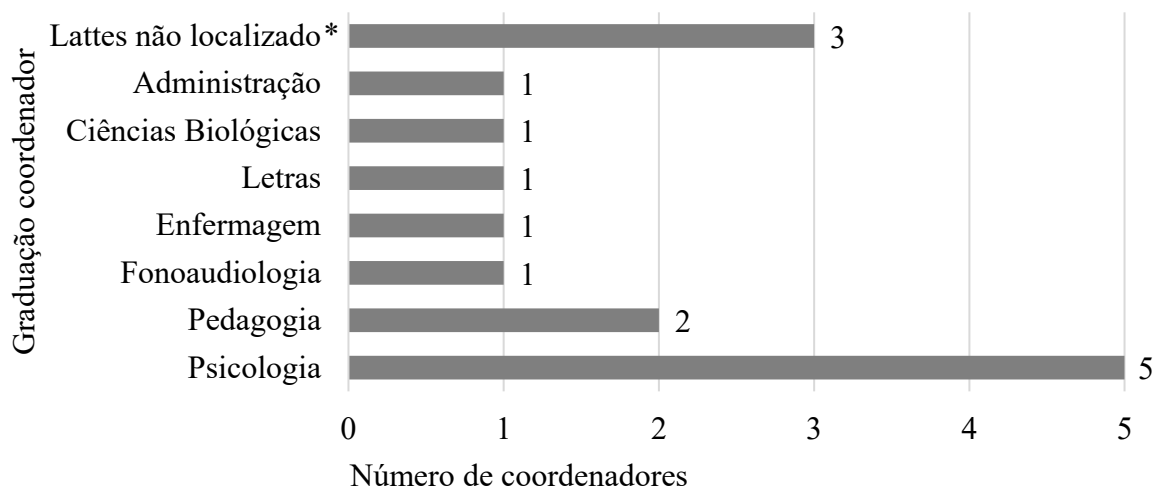
A formação dos coordenadores apresenta uma variabilidade significativa nos 15 cursos avaliados, com coordenadores formados em sete áreas distintas do conhecimento. Contudo, em

³ Não há informação disponível sobre critério de atualização de dados sobre a modalidade dos cursos do portal E-MEC.

três casos específicos não foi possível localizar o currículo lattes dos coordenadores, impossibilitando verificar suas formações. A Figura 4 ilustra as formações encontradas.

Figura 4

Formação Dos Coordenadores Dos Cursos De Especialização Lato Sensu Analisados



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados buscados no Currículo Lattes.

Nota: Os dados se referem ao curso de graduação inicial indicado pelo profissional no seu Currículo Lattes. A primeira linha do gráfico, indicada com um asterisco, se refere a três coordenadores cuja página do Currículo Lattes não foi encontrada, portanto inviabilizando a identificação do curso.

Observou-se também uma possível influência da formação do coordenador do curso na estruturação da grade curricular. Por exemplo, os cursos cujos coordenadores são formados em pedagogia apresentam uma quantidade superior de disciplinas relacionadas à educação (cursos 4 e 12, respectivamente). Da mesma forma, identificou-se uma grade curricular voltada a questões biológicas no curso cujo coordenador é formado em Ciências Biológicas (curso 10).

3.3 Análise curricular dos cursos por eixos temáticos

Foram categorizadas por eixo temático um total de 194 disciplinas, as quais encontram-se distribuídas nos 15 cursos de pós-graduação ABA para TEA analisados. A categorização de cada disciplina seguiu os critérios de análise descritos no método. Ou seja, o nome da disciplina

era comparado aos conteúdos mínimos de formação apresentadas no Manual de Certificação de Prestadores de Serviço de Intervenções Baseadas em ABA para TEA / Desenvolvimento Atípico; as dúvidas quanto às variações de nomenclatura foram sanadas com o apoio da lista de palavras-chave – também indicadas no manual. A Tabela 6, traz um exemplo de categorização feito com base na comparação entre os conteúdos obrigatórios indicados pelo Manual, as palavras-chave indicadas no manual e o título da disciplina presente no currículo disponibilizado do curso. Nela também se encontra a avaliação feita e o critério utilizado. Neste exemplo, o curso foi categorizado no Eixo 4 como “cumpre parcialmente”, pois dos cinco conteúdos obrigatórios, a grade curricular contemplou três deles.

Tabela 6

Exemplo De Procedimento Realizado Para Categorização De Uma Disciplina Que Foi Considerada “Cumpre Parcialmente”

Conteúdos obrigatórios	Nome da disciplina	Palavras-chave	Critério
Conteúdo 11: Desenvolvimento humano	-	Função executiva Neurodesenvolvim ento	Na grade curricular, há a oferta de 1, 2, 3 ou 4 conteúdos obrigatórios
Conteúdo 12: Características diagnósticas de diferentes transtornos do desenvolvimento	Introdução ao Transtorno do Espectro Autista: características diagnósticas, legislação	D.I TDAH ASPERGER Rastreo	
Conteúdo 13: Inclusão social	Educação Inclusiva e Sociedade	Inclusão escolar Inclusão social Inclusão	
Conteúdo 14: Legislação vigente sobre os direitos das pessoas com deficiência	Introdução ao Transtorno do Espectro Autista: características diagnósticas, legislação	Direitos Estatuto da pessoa com deficiência Estatuto da criança e do adolescente	
Conteúdo 15: Práticas baseadas em evidências	-	Meta-análise Modelo de práticas baseadas em evidências	

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 7 encontra-se a categorização dos 15 cursos por eixo temático, seguido de um gráfico (figura 5) que ilustra o percentual de cursos que cumprem/cumprem parcialmente/ou não cumprem os critérios mínimos de formação dos eixos de acordo com a análise dos critérios aqui empregados.

Tabela 7

Categorização dos Conteúdos Programáticos dos Cursos de ABA Aplicado ao TEA Analisados e Aplicação dos Critérios de Análise de Dados e Carga Horária

Nº Curso	Título	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	C.H
1	ABA: Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo, Atrasos de Desenvolvimento Intelectual e de Linguagem	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre parcialmente	Sim	400h
2	ABA: Análise do Comportamento Aplicada no Autismo, Atraso de Desenvolvimento Intelectual e Linguagem	Cumpre	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Sim	380h
3	ABA - Análise do Comportamento Aplicada	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Sim	720h
4	Análise do comportamento aplicada (ABA) ao Autismo e psicologia educacional para processos de inclusão	Cumpre	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Não	550h
5	Análise do comportamento aplicada (ABA) para TEA - transtorno do espectro Autista	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre parcialmente	Sim	360h +150h (optativo)
6	Análise do comportamento aplicada (ABA) voltada para o Autismo e outras neurodivergências	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre parcialmente	Sim	475h
7	Análise do comportamento aplicada à educação inclusiva: Autismo	Cumpre	Não cumpre	Não cumpre	Cumpre parcialmente	Sim	420h
8	Análise do comportamento aplicada ao	Não Cumpre	Cumpre	Cumpre	Cumpre	Não	400h

	Autismo (ABA)		parcialmente	parcialmente	parcialmente		
9	Análise do comportamento aplicada ao Autismo – ABA	Cumpre	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Não	360h
10	Análise do comportamento aplicada ao Autismo – ABA	Cumpre parcialmente	Não cumpre	Não cumpre	Cumpre parcialmente	Sim	390h
11	Análise do comportamento aplicada ao Autismo – ABA	Não cumpre	Cumpre parcialmente	Não cumpre	Cumpre parcialmente	Não	360h+100h (optativo)
12	Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro do Autismo – ABA	Cumpre	Não Cumpre	Não Cumpre	Cumpre parcialmente	Sim	420h
13	Análise do comportamento aplicada ao Autismo (ABA)	Não cumpre	Não cumpre	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Sim	560h
14	ABA (Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro Autista e atraso no desenvolvimento)	Cumpre	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Cumpre parcialmente	Sim	360h
15	Análise do comportamento aplicada ao TEA	Cumpre parcialmente	Não cumpre	Não cumpre	Cumpre parcialmente	Sim	640h

Fonte: Elaboração própria

Legenda:

Eixo 1 Conceituais

Eixo 2: Avaliação

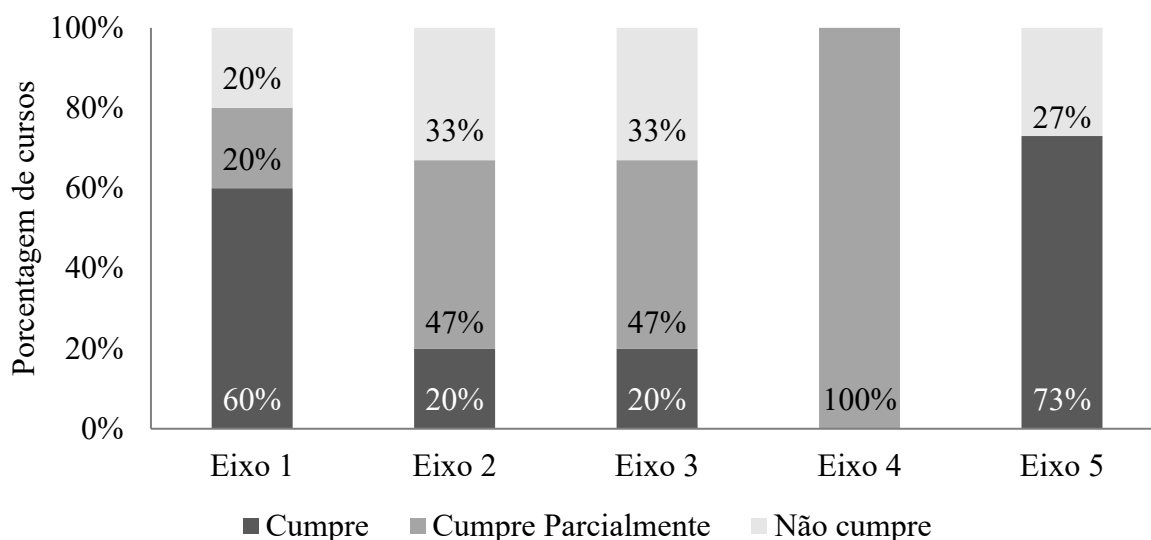
Eixo 3: Intervenção

Eixo 4: TEA/Desenvolvimento atípico

Eixo 5: Ética

Figura 5

Percentual de Cursos que Cumprem, Cumprem Parcialmente e Não Cumprem os Critérios Mínimos de Formação dos Cinco Eixos Analisados



Fonte: Elaboração própria

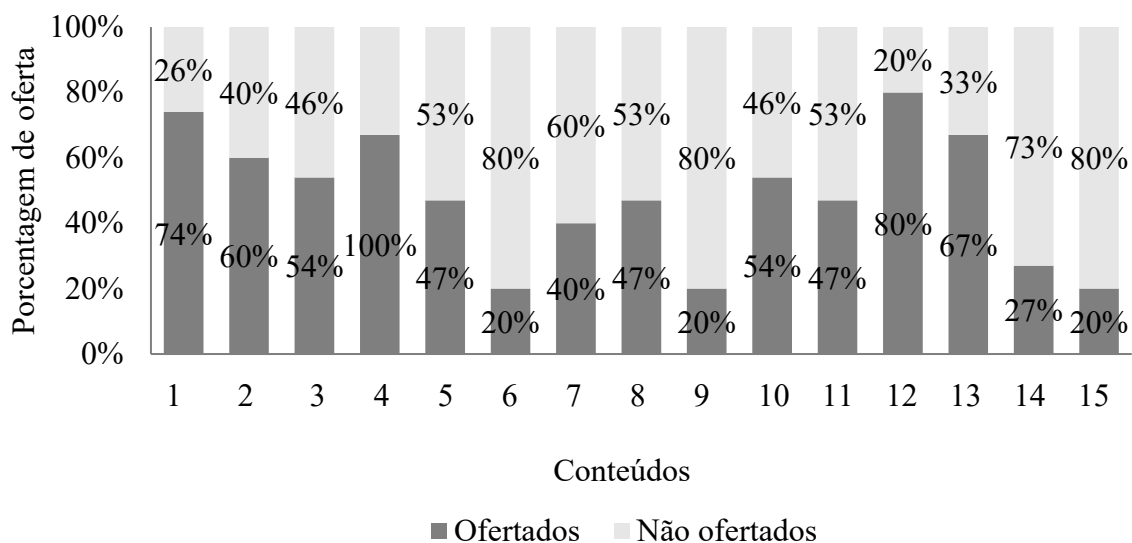
Como é possível verificar, houve bastante variabilidade tanto entre os cursos quanto entre os eixos nos cumprimentos dos requisitos indicados pelo Manual. De fato, as cargas horárias variadas dos 15 cursos foram distribuídas de formas também bastante diferentes entre eles, com cursos de altas cargas horárias (mais de 700h) que não cumpria plenamente nenhum dos requisitos, e cursos com pouco mais de 300 horas que cumpriam os critérios de 4 dos 5 eixos. Nenhum curso atingiu a classificação “cumpre” em todos os eixos.

Com relação aos eixos, houve desde eixos que cumpriam mais de 70% dos requisitos (eixo 5: presença de disciplina de ética), até outros em que 100% dos cursos cumpriam apenas parcialmente (eixo 4: TEA/Desenvolvimento Atípico). De forma geral, a quantidade de classificações como “não cumpre” foi menor do que “cumpre” ou “cumpre parcialmente”, em todos os eixos.

3.4 Presença dos conteúdos obrigatórios nas grades curriculares

Analisou-se também o percentual de oferta de cada um dos conteúdos de formação obrigatórios que compõem cada eixo de análise. Alguns conteúdos foram ofertados em uma quantidade muito reduzida, como por exemplo os seguintes: “conteúdo 6 Delineamentos experimentais de sujeito único”; “conteúdo 9 Desenvolvimento de currículo de ensino”; e “conteúdo 15 Práticas baseadas em evidências”, os quais foram ofertados em apenas três dos 15 cursos analisados. Já entre os conteúdos com maior prevalência de oferta destacam-se: conteúdo 1: Conceitos básicos em Análise do Comportamento, presente em 11 dos 15 analisados e conteúdo 12: Características diagnósticas de diferentes Transtornos do Desenvolvimento, presente em 12 dos 15 cursos analisados. Nenhum dos conteúdos indicados pelo Manual CABA-BR foi encontrado em todos os cursos.

A Figura 6 exibe o percentual de oferta de cada um dos 15 conteúdos obrigatórios que compõem os eixos programáticos aqui avaliados.

Figura 6*Percentual de Oferta por Conteúdo*

Fonte: Elaboração própria

3.5 Categoria Outros

A categoria “Outros” se refere às disciplinas que constam nas grades curriculares dos cursos, mas que não se enquadram em nenhum dos Eixos temáticos de análise. A relação completa dos cursos categorizados como “Outros” está disponível no Apêndice B.

Além de uma quantidade alta de disciplinas nesta categoria, 62 disciplinas, dentre elas, novamente se observa uma ampla variabilidade. Por exemplo, foram encontradas disciplinas com temas relacionados desde à metodologia da pesquisa, didática do ensino superior, biossegurança, assepsia e esterilização, gestão de tempo, “suporte básico de vida”, *coaching*, farmacologia, metodologias ativas e até mesmo uma disciplina intitulada “o self do autista”.

4 DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar as grades curriculares dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo reconhecidos pelo MEC, tendo como critério as recomendações de formação expressas no manual de certificação de prestadores de serviços de intervenções baseadas em ABA para TEA/Desenvolvimento Atípico (CABA-BR) do grupo IBES. A partir da obtenção, seleção e análise das grades curriculares foram descritas as concordâncias e as discrepâncias identificadas. Também foram identificados se os cursos continham disciplinas de ética em suas grades.

Em consonância com o estudo de Freitas (2022), os dados coletados nesta pesquisa corroboram o fenômeno do crescimento exponencial na oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Análise do Comportamento aplicada ao Autismo no Brasil nos últimos anos. Enquanto apenas um curso foi inaugurado em 2016, foram abertos 37 novos cursos em 2023. Investigar como tem sido feita a formação nestes cursos se faz ainda mais pertinente.

É importante destacar que esse cenário pode refletir o momento atual, marcado por um aumento significativo nos diagnósticos de autismo (CDC, 2023). Tal aumento tem gerado uma demanda crescente por profissionais capacitados para atender aos novos casos, impulsionando, por consequência, o crescimento na oferta de cursos destinados à formação desses especialistas (Freitas, 2022; Oliveira, 2017; Portolese et al., 2017).

Portolese et al. (2017) discutem também sobre a disparidade na distribuição geográfica dos serviços, com algumas regiões do país apresentando maior concentração de recursos do que outras. Destacam a necessidade de expansão e melhoria na oferta de serviços especializados, especialmente em áreas menos assistidas, para garantir um

atendimento mais equitativo e abrangente à população autista em todo o território nacional. Esta disparidade em relação a distribuição geográfica é sanada com a oferta dos cursos na modalidade EAD.

Ter concluído um curso de pós-graduação *lato sensu* em ABA para TEA é um dos pré-requisitos de formação teórica que possibilita a formação de agentes de ensino que estarão aptos a atuar diretamente em intervenções ABA, na função de coordenação, de acordo com os critérios descritos na proposta de certificação para profissionais que atuam com ABA para TEA (CABA-BR, 2023).

A referida certificação foi lançada após anos de discussão por associações competentes e por profissionais referências na área de atuação ABA para TEA no Brasil, representando um passo importante na busca pela garantia da qualidade dos serviços prestados a essa população. As certificações profissionais são processos conduzidos por entidades independentes daquelas que oferecem a formação, com critérios explícitos e detalhados, envolvendo várias etapas que um indivíduo pode optar por seguir voluntariamente, e objetivam validar a competência e capacidade de um profissional para desempenhar uma função específica (Gusso et al., 2018; Freitas, 2022; Guilhardi, 2019).

É importante mencionar que o objetivo deste trabalho não foi o de destacar nem desmerecer nenhum dos cursos analisados através de suas grades curriculares. Compreende-se que a proposta de certificação é recente e que as instituições ainda têm um período de adequação. A análise aqui, por outro lado, responde mais, na verdade, perguntas relacionadas a como se configuraram os cursos de ABA aplicada ao TEA antes do evento da certificação CABA-BR. Considerando a certificação como um passo importante para o desdobramento dessa área, com o avançar do seu alcance, será desejável que os cursos de formação brasileiros passem a se pautar por ela. Isso significa, como mostrou a análise aqui realizada, que, adotando esta certificação, todos os cursos de pós-

graduação *lato sensu* brasileiros precisariam passar por uma revisão, alguns sendo uma adequação menos extensa, e outros, uma completa reformulação.

Novamente, não se acredita que isso indica nenhuma inadequação seja dos cursos seja dos critérios da certificação, neste momento, em que não houve sequer tempo hábil para que a interlocução entre os dois pudesse acontecer plenamente. Ao contrário, estas conclusões são muito relevantes no cenário atual justamente no sentido de evidenciarem duas preocupações importantes, sobre o padrão brasileiro de formação em ABA, em contraste ao internacional, e sobre a inconsistência entre as grades curriculares dos cursos de formação de profissionais coordenadores de equipes ABA.

Na primeira linha de discussão, por se pautar nos critérios das certificações internacionais e nos anos de discussões cientificamente embasadas pelos profissionais renomados da comunidade analítico-comportamental brasileira, os moldes delineados pelo CABA-BR almejam delimitar um padrão de excelência para o profissional que atua em ABA para TEA, a partir do que a literatura e as experiências internacionais indicam. Assim, o fato de nenhum curso aqui analisado ter alcançado todos os critérios estabelecidos, em termos de cumprir os requisitos dos eixos programáticos indicados, é algo para se atentar. Ainda que o CABA-BR seja novidade, os dados em que se baseia para fazer suas indicações não são.

Esta preocupação se relaciona com o segundo aspecto de destaque, que, em compatibilidade aos dados apresentados na literatura, encontrou alta heterogeneidade e falta de padronização na formação dos profissionais que atuam em ABA para TEA (Freitas, 2022; Portolese et al., 2017; Souza et al., 2020). Essa variabilidade se evidencia de diversas formas: na carga horária do curso, com alguns tendo quase o dobro de horas que outros; na existência e na quantidade de disciplinas em cada eixo temático; na formação do coordenador; e no ecletismo das disciplinas fora dos eixos temáticos, que

foram analisadas na categoria “outros” no presente trabalho.

De acordo com Howard et al. (2005/2014), intervenções de alta qualidade dependem não apenas dos métodos utilizados, mas também da competência e formação dos profissionais que as implementam. Profissionais bem treinados garantem que as intervenções sejam aplicadas de maneira consistente e eficaz, resultando em melhores resultados para a população que utiliza o serviço. No cenário brasileiro aqui analisado, não se faz possível afirmar se um profissional formado por um curso será melhor coordenador do que o formado por outro curso, contudo o que se identificou é que terão formações bastante diferentes.

Nesse sentido, Dillenburger e Keenan (2009) discutem a necessidade de formação padronizada para garantir a eficácia dos serviços prestados às pessoas autistas. Os autores enfatizam que quando a formação em ABA é variada, muitas vezes não padronizada, isso pode levar a práticas inconsistentes. Assim, argumentam que essa falta de padronização pode comprometer a qualidade dos serviços. Os autores defendem a necessidade de certificações e formações rigorosas para garantir que os profissionais estejam bem preparados e destacam a importância do BACB como uma entidade que estabelece padrões de competência.

Leaf et al. (2017) também analisaram a variabilidade na formação de profissionais de ABA e como isso afeta sua prática clínica. No referido estudo, os autores investigaram programas de formação e realizaram entrevistas com profissionais atuantes com ABA para avaliar a consistência dos treinamentos oferecidos. Os resultados deste trabalho demonstram variabilidade nos programas de formação de ABA, com diferenças significativas nos conteúdos e métodos de ensino. Ademais, discutem que a formação inconsistente leva a práticas clínicas diversas, o que pode comprometer a qualidade dos serviços de ABA.

Frente a estes achados e discussões, a recomendação que se coloca se refere à necessidade de um currículo padronizado e certificado para os cursos de pós-graduação responsáveis pela formação do analista do comportamento brasileiro, bem como a implementação de diretrizes nacionais para garantir que todos os profissionais de ABA recebam treinamento adequado e consistente. Este pode ser um próximo e ousado passo da comunidade analítico-comportamental brasileira.

Ainda com relação ao perfil heterogêneo dos cursos, destaca-se também que a formação dos coordenadores dos cursos é diversa. A Análise do Comportamento é uma ciência e, portanto, não é exclusiva a nenhuma área específica de formação, seja Psicologia, Fonoaudiologia, Medicina, etc. Entretanto, foi observado que a formação acadêmica do coordenador do curso teve impacto na estruturação da grade curricular. Notou-se uma maior presença de disciplinas relacionadas ao contexto escolar nos cursos cujos coordenadores tinham formação em Pedagogia, assim como disciplinas focadas em biossegurança, assepsia e esterilização no curso em que o coordenador tinha formação em Ciências Biológicas.

Há que se ressaltar que a presença de disciplinas variadas que complementem a formação pode de fato ser uma experiência rica, contanto que não substituam aquelas dos eixos programáticos necessários para uma formação em Análise do Comportamento. Embora muitas destas disciplinas categorizadas como “outros” possam ser relevantes na construção do conhecimento teórico e técnico para atuação junto ao público autista, nota-se que, em alguns casos, elas parecem ter acabado substituindo alguns conteúdos obrigatórios que, por sua vez, ficaram ausentes das grades curriculares. Isso é preocupante na medida que pode evidenciar um distanciamento entre os conteúdos dos cursos de especialização em ABA e os princípios fundamentais da Análise do Comportamento. De fato, no eixo 1, que continha temas conceituais básicos, dos 15 cursos analisados, 3

cumpriram parcialmente os requisitos mínimos e 3 não cumpriram.

Outro ponto relevante aqui revelado refere-se ao fato de que todos os 15 cursos analisados neste estudo apresentavam suas ofertas na modalidade a distância através de plataformas EAD, de acordo com as informações obtidas diretamente nos sites dos cursos ou em contato com as IES (embora em alguns desses casos, essas informações não eram iguais às do portal E-MEC, que indicava que os cursos eram presenciais). Embora essa abordagem a distância facilite o acesso de profissionais de diversas regiões geográficas, é essencial estabelecer critérios bem definidos para a avaliação da aprendizagem, especialmente em contextos como a formação especializada para profissionais que atuam diretamente com público autista.

Com relação aos métodos de ensino a distância, é importante considerar as potencialidades e também os desafios de tal modalidade, tais como a necessidade de garantir interações significativas e o desenvolvimento de habilidades práticas. Essas últimas podem ser desafiadoras de serem alcançadas exclusivamente através de ambientes virtuais de aprendizagem (Bates, 2015).

É importante destacar que a análise documental realizada neste trabalho possui limitações. Primeiramente, o recorte utilizado para filtrar as grades curriculares pode ter excluído uma quantidade significativa de cursos que não se enquadravam nos critérios estabelecidos. Além disso, uma abordagem mais abrangente poderia ser alcançada através de análises mais detalhadas, por exemplo via as ementas dos cursos, pois estas fornecem informações mais detalhadas sobre o conteúdo específico abordado, incluindo as referências bibliográficas utilizadas. Uma pesquisa futura e mais longa poderia procurar alcançar um número maior de cursos, reestruturando os critérios de seleção, além de aprofundar a análise deles, via ementa dos cursos, currículo dos professores, ou outros tipos de coletas de dados, via formulários ou entrevistas com os próprios cursistas, ou

mesmo com os autistas e famílias de autistas atendidos por egressos.

Um outro ponto importante a ser mencionado é que não há dados disponíveis sobre a periodicidade de atualização dos dados no portal E-MEC, portanto, parte-se do pressuposto de que a lista disponibilizada pelo MEC pode estar desatualizada ou com alguma divergência de informações com relação ao nome do coordenador, modalidade do curso (uma discrepância que foi, de fato, aqui encontrada, como previamente mencionado), número de egressos e carga horária. Sobre os conteúdos das grades curriculares, pode-se afirmar com segurança que estavam atualizadas no momento da coleta, pois foram coletadas e confirmadas via contato direto com as IES.

Ainda que preliminar, como não poderia deixar de ser, pela novidade da área, a análise aqui realizada tem relevância para ambas comunidades, analítico comportamental e autista. Isto porque os resultados não apenas apresentam parâmetros de qualidade e referência que podem orientar a escolha por cursos de pós-graduação em ABA para TEA, mas também expõem fragilidades na formação do analista do comportamento. Mais do que isso, estas análises levantam discussões importantes para a construção conjunta de parâmetros de qualidade na formação profissional e de atendimento ao autista no nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma análise preliminar sobre os currículos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em ABA para TEA no Brasil, como uma forma de iniciar uma discussão sobre a qualidade desse serviço no nosso país. Os resultados exibem uma heterogeneidade nos conteúdos ofertados. Entende-se que para suprir a alta demanda de diagnósticos, é importante e necessário a abertura de novos cursos. No entanto, esses cursos precisam garantir um padrão de qualidade que refletirá diretamente na intervenção com o cliente final.

Discutiu-se sobre a necessidade de implantação de padrões nacionais e requisitos para qualificação dos profissionais que prestam serviços em ABA para TEA no Brasil, pois as lacunas entre conhecimento e formação teórico-prática têm o potencial de impactar negativamente não apenas a disseminação dos importantes conhecimentos tecnológicos produzidos pela ciência do comportamento, mas também, e principalmente, na segurança dos consumidores.

Por fim, é preciso apontar que fazer uma pós-graduação *lato sensu* não garante que o profissional irá disponibilizar o serviço para o qual se formou. Isso porque, para além das decisões e histórias de vida individuais, de acordo com o que preconiza o próprio manual de certificação, existem outros pré-requisitos além da formação teórica, que esse profissional deve obrigatoriamente cumprir. Um deles é o de ser supervisionado por um profissional com formação *stricto sensu*, ou seja, com mestrado ou doutorado na área.

Essa necessidade levanta uma reflexão sobre a expansão dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em ABA para TEA, visando padronizar conteúdos e garantir alta qualidade educacional. Contudo, se a exigência é que os coordenadores desses cursos sejam supervisionados por profissionais mestres e doutores em Análise do

Comportamento e/ou programas correlatos, é crucial também ampliar e fortalecer as oportunidades de formação específica na modalidade *stricto sensu*. Alcançar um padrão de pós-graduação *lato sensu* de qualidade exige que se tenha também a pós-graduação *stricto sensu* de excelência, visto que um profissional é dependente do outro para que seja feita uma intervenção padronizada e de qualidade. Incentiva-se que esta análise, dos cursos de mestrado e doutorado em Análise do Comportamento no Brasil frente aos critérios da certificação brasileira CABA-BR, seja um próximo passo para que os pesquisadores da área possam ampliar a discussão aqui iniciada.

REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association – APA. (2023). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR*. 5.ed. Rev. Artmed.
- Andalécio, A. C. G. S. A. M., Gomes, C. G. S., Silveira, A. D., Oliveira, I. M. & Castro, R. C. (2019). Efeitos de 5 Anos de Intervenção Comportamental Intensiva no Desenvolvimento de uma Criança com Autismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(3), 389-402. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000300003>
- Associação Brasileira de Ciências do Comportamento. (2020). *Critérios para acreditação específica de prestadores de serviços em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao TEA/desenvolvimento atípico da ABPMC*. Comissão de Desenvolvimento Atípico da ABPMC. <https://abpmc.org.br/wp-content/uploads/2021/11/16070173662d2c85bd1c.pdf>
- Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental. (2021). A. Acreditação de Analistas do Comportamento pela ABPMC: Um breve exame da história desse processo, de sua função e de possíveis caminhos para seu futuro. *ABPMC*, 1-21. <https://abpmc.org.br/comissoes-acreditacao/wp-content/uploads/sites/2/2021/08/15548167590c3b97ca18.pdf>
- Bates, A. W. (2015). *Teaching in a Digital Age: Guidelines for Designing Teaching and Learning*. Vancouver: Tony Bates Associates Ltd.
- Behavior Analyst Certification Board. (2019). *Applied Behavior Analysis Treatment of Autism Spectrum Disorder: Practice Guidelines for Healthcare Funders and Managers*. 2nd edition.
- CABA-BR. (2023). *Manual de Certificação de Prestadores de Serviço de Intervenções Baseadas em ABA para TEA / Desenvolvimento Atípico - CABA-BR*. Grupo Ibes. (vol. 1).
- Centers for Disease Control and Prevention (2023). *Data and statistics on Autism Spectrum Disorder*. <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>
- Cooper, J. O., Heron, T. E., & Heward, W. L. (2020). *Applied Behavior Analysis* (3rd ed.). Pearson.
- Dillenburger, K., & Keenan, M. (2009). None of the As in ABA stand for autism: Dispelling the myths. *Journal of Intellectual & Developmental Disability*, 34(2), 193-195. <https://doi.org/10.1080/13668250902845244>
- Dixon, D.R., Linstead, E., & Granpeesheh, D. et al. (2016). An Evaluation of the Impact of Supervision Intensity, Supervisor Qualifications, and Caseload on Outcomes in the Treatment of Autism Spectrum Disorder. *Behav Analysis Practice*, 9, 339–348. <https://doi.org/10.1007/s40617-016-0132-1>
- E-MEC. (2021). *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*. <https://emec.mec.gov.br/>. Consulta textual.

- Fernandes, C. S., Tomazelli, J., & Girianelli, V. R. (2022). Diagnóstico de Autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. *Psicologia USP*, 31, e200027. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200027>
- Fombonne, E. (2009). Epidemiology of Pervasive Developmental Disorders. *Pediatric Research*, 65(6), 591–598. <https://doi.org/10.1203/>
- Foxx, R. M. (2008) Applied behavior analysis treatment of autism: the state of the art. *Child Adolesc Psychiatr Clin N Am.*, 17(4):821-34. 10.1016/j.chc.2008.06.007.
- Frances, A. (2015). *Fundamentos do diagnóstico psiquiátrico: respondendo às mudanças do DSM-5*. Artmed Editora.
- Freitas, L. A. B. (2022). Certificação profissional, Análise do Comportamento Aplicada e Transtorno do Espectro Autista: contribuições para um debate. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 24, 1–29. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v24i1.1689>
- Gil, A. C. (2008) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Brasil: Atlas, 2008.
- Gomes, C. G., Souza, D. G., Silveira, A. D., & Oliveira, I. M. (2017). Intervenção precoce e intensiva com crianças com Autismo por meio da capacitação de cuidadores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(3), 377-430. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000300005>
- Gomes, C. G., Souza, D. G., Silveira, A. D., Estrela, L. P. C. B., Figueiredo, A. L. B. , Ana Luíza Barbosa, Oliveira, A. Q., & Oliveira, I. M. (2021). Efeitos do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Capacitação de Cuidadores de Crianças com Autismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 27, 285-300. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0085>
- Gomes, C. G., Souza, D. G., Silveira, A. D., Rates, A. C., Paiva, G. C. C., & Castro, N. P. (2019). Efeitos de Intervenção Comportamental Intensiva Realizada por Meio da Capacitação de Cuidadores de Crianças com Autismo, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (35), 1-12. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3523>
- Granpeesheh, D., Dixon, D. R., Tarbox, J., Kaplan, A. M., & Wilke, A. E. (2009). The effects of age and treatment intensity on behavioral intervention outcomes for children with autism spectrum disorders. *Research in Autism Spectrum Disorders*, 3(4), 1014–1022. <https://doi.org/10.1016/j.rasd.2009.06.007>
- Guilhardi, C., Souza, A. C., da Hora, C. L., Romano, C., Borba, M., Bagaiolo, L., & Sales, T. [ABPMC] (2019a). Critérios para acreditação específica para prestadores de serviço em análise do comportamento aplicada (ABA) ao desenvolvimento atípico / TEA da ABPMC. Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental.
- Guilhardi, C., Souza, A. C., da Hora, C. L., Romano, C., Borba, M., Bagaiolo, L., & Sales, T. [ABPMC] (2019b). Registro para prestadores de serviço em análise do comportamento aplicada (ABA) ao desenvolvimento atípico / TEA da ABPMC.

Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental.
<http://abpmc.org.br/arquivos/publica-coes/1556901447d2fb7c4f8e55.pdf>

Gusso, H. L., Gomes, C., Vasconcelos, L., Reis, M. de J. D., Marinotti, M., & Ingberman, Y. (2018). Proposição de novos critérios para a acreditação da ABPMC. In *Boletim Contexto* (online). <https://boletimcontexto.wordpress.com/2018/12/28/>

Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>

Howard, J. S., Sparkman, C. R., Cohen, H. G., Green, G., & Stanislaw, H. (2005). A comparison of intensive behavior analytic and eclectic treatments for young children with autism. *Research in Developmental Disabilities* 26(4), 359-83. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2004.09.005>

Howard, J., Stanislaw, H., Green, G., Sparkman, C., & Cohen, H. (2014). Comparison of behavior analytic and eclectic early interventions for young children with autism after three years. *Research in Developmental Disabilities*, 35(12), 3326-3344. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2014.08.021>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2022) *Censo Brasileiro de 2021*. Rio de Janeiro: IBGE.

Kearney, A. J. (2008). *Understanding Applied Behavior Analysis: An Introduction to ABA for Parents, Teachers, and Other Professionals*. Jessica Kingsley Publishers.

Långh, U., Perry, A., Eikeseth, S., & Bölte, S. (2021). Quality of early intensive behavioral intervention as a predictor of children's outcome. *Behavior Modification*, 45(6), 911-928.

Leaf, J. B., Oppenheim-Leaf, M. L., Leaf, R., Courtemanche, A. B., Taubman, M., McEachin, J., ... & Sherman, J. A. (2017). The problem of training inconsistent and inadequate applied behavior analysis providers in the United States. *Behavior Analysis in Practice*, 10(2), 121-126. <https://doi.org/10.1007/s40617-017-0162-8>

Lei n. 13.861, de 18 de julho de 2019. Os censos demográficos realizados a partir de 2019 incluirão as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista, em consonância com o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm.

Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em 06/12/2023

Leonardi, J. L., Máximo, T., Bacchi, A. D., & Josua, D. (2023). Ciência, Análise do Comportamento e a Prática Baseada em Evidências em Psicologia. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 097–119. <https://doi.org/10.18761/PACCha0a1>

- Mayer, G. R., Sulzer-Azaroff, B., & Wallace, M. (2019). *Behavior Analysis for Lasting Change* (4th ed.). Sloan Publishing.
- Mizael, T. M., & Ridi, C. C. F. (2022). Análise do comportamento aplicada ao Autismo e atuação socialmente responsável no Brasil: Questões de gênero, idade, ética e protagonismo Autista. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 054-068. <https://doi.org/10.18761/VEEM.457613>
- O'Neill, R. E., Horner, R. H., Albin, R. W., Storey, K., & Sprague, J. R. (2015). *Functional Assessment and Program Development for Problem Behavior: A Practical Handbook* (3rd ed.). Cengage Learning.
- Oliveira, J. S. C. de. (2017). Intervenção implementada por profissional e cuidador a crianças com TEA. 2017. 44f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) –Universidade Federal do Pará, Belém.
- Organização Mundial da Saúde – OMS. (2019); *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde CID-11*. https://icd.who.int/ct11/icd11_mms/en/release
- Paula, C. S., Belisário Filho, J. F., & Teixeira, M. C. T. V. (2016). Estudantes de psicologia concluem a graduação com uma boa formação em autismo? *Psicologia: Teoria e Prática*, 18(1), 206-221. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000100016&lng=pt&tlng=pt
- Portolese, J., Bordini, D., Lowenthal, R., Zachi, E. C., & Paula, C. S. (2017). Mapeamento dos serviços que prestam atendimento a pessoas com transtorno do espectro Autista no Brasil. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 17(2), 79-91. <https://dx.doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v17n2p79-91>
- Reichow, B., Barton, E. E., Boyd, B. A., & Hume, K. (2018). Early intensive behavioral intervention (EIBI) for young children with autism spectrum disorders (ASD). *Cochrane Database Syst Rev.*, 5. <https://doi.org/10.1002%2F14651858.CD009260.pub3>
- Sella, A. C., & Ribeiro, D. M. (2018). *Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro Autista*. Appris Editora.
- Souza, A. C., Guilhardi, C., da Hora, C. L., Romano, C., Bagaiolo, L., & Sales, T. (2020). Critérios para acreditação específica de prestadores de serviços em análise do comportamento aplicada (ABA) ao TEA / desenvolvimento atípico da ABPMC. Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental. <https://abpmc.org.br/wp-content/uploads/2021/11/16070173662d2c85bd1c.pdf>

APÊNDICES

Apêndice A

Catálogo das principais informações dos cursos de pós-graduação selecionados

Curso:	1
Nome do Curso:	ABA: Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo, Atrasos de Desenvolvimento Intelectual e de Linguagem
Carga Horária	400 horas
Formação do Coordenador:	Psicologia
Número de Egressos (site E-MEC):	85
Modalidade:	Presencial
Grade Curricular	Princípios Básicos em Análise do Comportamento – 50 horas Análise do Comportamento Aplicada I - Introdução à Pesquisa Aplicada – 50 horas Análise do Comportamento Aplicada II – Avaliação – 50 horas Análise do Comportamento Aplicada III – Comportamento Verbal – 50 horas Métodos para o Estudo do Comportamento Individual – 50 horas Análise do Comportamento Aplicada – Prática – 100 horas Introdução à Metodologia de Pesquisa – 50 horas

Curso:	2
Nome do Curso:	ABA: Análise do Comportamento Aplicada no Autismo, Atraso de Desenvolvimento Intelectual e Linguagem
Carga Horária	380 horas
Formação do Coordenador:	Pedagogia e Psicologia
Número de Egressos (site E-MEC):	20
Modalidade:	Presencial
Grade Curricular	<p>Princípios Básicos e Fundamentos da Análise do Comportamento - 40h</p> <p>Avaliação e Instrumentos para Observação e Descrição de Comportamentos - 40h</p> <p>Teoria do Comportamento Verbal/Operantes Verbais e Aprendizagem Relacional - 40h</p> <p>Habilidades Sociais e Análise do Comportamento - 30h</p> <p>Educação inclusiva e sociedade - 40h</p> <p>Conduta Profissional e Ética - 20h</p> <p>Imersão I - 20h</p> <p>Procedimentos de Intervenção: Análise Funciona - 40h</p> <p>Procedimentos de Intervenção: Contexto Familiar - 20h</p> <p>Imersão II - 20h</p> <p>Supervisão em ABA - 40h</p> <p>Encontros de Constatação de Proficiência - 30h</p>

Curso:	3
Nome do Curso:	Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao Autismo
Carga Horária	320h
Formação do Coordenador:	Psicologia
Número de Egressos (site E-MEC):	30
Modalidade:	A distância
Grade Curricular	<p>Avaliação comportamental: observação e registro, introdução aos protocolos de avaliação - 40h Comportamento verbal - 40h Direitos humanos - 20h Estratégias e técnicas para inclusão ao contexto escolar - 40h Ética geral e profissional - 20h Interface entre intervenção, família e escola - 40h Introdução ao transtorno do espectro Autista : características, diagnósticas, legislação - 40h Língua brasileira de sinais - LIBRAS - 20h Metodologia científica - 20h Técnicas para o ensino de novos comportamentos - 40h</p>

Curso:	4
Nome do Curso:	Análise do comportamento aplicada (aba) ao Autismo e psicologia educacional para processos de inclusão
Carga Horária	550h
Formação do Coordenador:	Serviço Social e Pedagogia
Número de Egressos (site E-MEC):	50
Modalidade:	Presencial
Grade Curricular	<p>Didática do Ensino Superior Leitura, Produção de Textos Científicos e Formação Docente Metodologia Científica Bases Neurobiológicas do Desenvolvimento Humano Farmacologia Psicologia do Desenvolvimento Aplicada ao TEA</p>

	<p>TEA e Neurodiversos TEA e Potencialização da Aprendizagem Políticas Educacionais no Processo de Inclusão Escolar: Desafios na Atuação Profissional Tecnologia Assistiva Princípios Básicos do Comportamento I Princípios Básicos do Comportamento II Comportamento Verbal Avaliação de Repertório Básico e VBMAPP Estudos de Caso: programas e registros Prática Supervisionada em Ensino Estruturado na Perspectiva ABA Ensino Estruturado com Dicas Visuais na Perspectiva TEACCH Prática Supervisionada em Ensino Estruturado na Perspectiva TEACCH Ensino Estruturado de Comunicação Alternativa/Aumentativa na Perspectiva PEC's Prática Supervisionada em Ensino Estruturado na Perspectiva PEC's Trabalho de Conclusão de Curso- TCC</p>
--	--

Curso:	5
Nome do Curso:	Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para TEA - Transtorno do Espectro Autista
Carga Horária	450 horas + 150 horas (módulo optativo)
Formação do Coordenador:	Fonoaudiologia
Número de Egressos (site E-MEC):	15
Modalidade:	Presencial
Grade Curricular	<p>Transtorno do Espectro Autista e Suas Especificidades TEA Sob a Visão da Análise do Comportamento Aplicada Conceitos Básicos em Análise do Comportamento I Conceitos Básicos em Análise do Comportamento II Comportamento Verbal Comunicação Alternativa e Uso de Pistas Visuais Mensuração Comportamental e Delineamentos Experimentais Análise Funcional Avaliação Comportamental Planejamento de Programas e Plano de Desenvolvimento Individual - PDI Procedimentos de Ensino de Repertórios Comportamentais Procedimentos de Intervenção para Modificação de</p>

	Comportamentos Análise do Comportamento Aplicada ao Contexto Escolar Alfabetização e Aprendizagem de Repertórios Simbólicos Procedimentos de Treinamento de Habilidades Comportamentais Ética e conduta profissional em análise do Comportamento Aplicada Metodologias Ativas de Aprendizagem em Didática do Ensino Superior Aprendizagem Ampliada Prática Supervisionada Metodologia da Pesquisa Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
--	---

Curso:	6
Nome do Curso:	Análise do Comportamento Aplicada (ABA) voltada para o Autismo e outras Neurodivergências
Carga Horária	475h
Formação do Coordenador:	O lattes da coordenadora não foi localizado
Número de Egressos (site E-MEC):	200
Modalidade:	Presencial
Grade Curricular	Introdução Ao Curso Análise Funcional I, II, III, IV Atividades Práticas Supervisionadas I, II, III Psicologias, Behaviorismos e o Behaviorismo Radical Princípios Básicos De Análise Do Comportamento Operações e Estímulos Antecedentes Diagnóstico Formal X Funcional Autismo: Por que não é um transtorno? Avaliação De Preferências Conduta Ética Entrevista Clínica Técnicas de Observação, Registro e Medidas do Comportamento Avaliação Diagnóstica Perspectiva Comportamental do Desenvolvimento Comportamento Verbal Visita Institucional I, II Procedimentos de Ensino: DTT e Naturalístico Ensino sem Erro

	<p>Intervenção em Crise Plano de Ensino Individualizado (PEI) Acompanhamento Terapêutico Habilidades Sociais e Habilidades para a Vida Terapia Ocupacional e Neurodivergências Psicomotricidade e Neurodivergências Psicopedagogia e Neurodivergências Fonoaudiologia e Neurodivergências Nutrição e Neurodivergências Psiquiatria e Neurodivergências Carga horária de Atividades Complementares</p>
--	---

Curso:	7
Nome do Curso:	Análise do Comportamento Aplicada à Educação Inclusiva: Autismo
Carga Horária	420h
Formação do Coordenador:	O lattes da coordenadora não foi localizado
Número de Egressos (site E-MEC):	150
Modalidade:	A distância
Grade Curricular	<p>Metodologias Ativas de Aprendizagem A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Transtorno do Espectro Autista (TEA) Transtornos Globais (Invasivos) do Desenvolvimento - CID Tecnologia e Educação Inclusiva Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo - Educação Inclusiva Ética e Conduta Profissional em Análise do Comportamento Aplicada Análise do Comportamento Aplicada ao Contexto Escolar Conceitos Básicos em Análise do Comportamento I Conceitos Básicos em Análise do Comportamento II</p>

Curso:	8
Nome do Curso:	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo (ABA)

Carga Horária	400h
Formação do Coordenador:	Letras e Pedagogia
Número de Egressos (site E-MEC):	50h
Modalidade:	A distância
Grade Curricular	<p>Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Sala de Recursos Multifuncional (SRM); Língua brasileira de sinais; Neurociências e a formação da aprendizagem: Funções executivas e teoria da mente. Histórico, bases conceituais e identificação: as diferentes compreensões dos TEA; Práticas de intervenção comportamental, comunicativa, psicomotora e sensorial junto a alunos com TEA; A escola inclusiva e o seu diferencial no atendimento de estudantes com TEA; Métodos, programas e técnicas educacionais para o atendimento de estudantes com TEA. Metodologia da Pesquisa Científica; Tecnologias Assistivas, Comunicação Alternativa e Aumentativa; Inclusão social e educacional de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Práticas pedagógicas para estudantes com TEA; Técnicas de análise e avaliação do comportamento Autista; Avaliação diagnóstica: iniciais e complementares; Comportamentos disruptivos e aprendizagem pelas consequências.</p>

Curso:	9
Nome do Curso:	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo - ABA
Carga Horária	360h
Formação do Coordenador:	Psicologia
Número de Egressos (site E-MEC):	898
Modalidade:	A distância
Grade Curricular	<p>Avaliação Comportamental do Autismo - 40h Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo - Educação Inclusiva - 40h Avaliação Diagnóstica - Iniciais e Complementares - 40h</p>

	Manejo de Comportamentos Disruptivos e Aprendizagem pelas Consequências - 40h Técnicas e Análises do Comportamento Autista - 40h Transtornos do Espectro Autista - TEA - DSM5 - 40h Desenvolvimento Pessoal e Profissional nas Carreiras da Saúde - 40h Transtornos Globais (Invasivos) do Desenvolvimento - CID 11- 40h Comportamento Verbal e Não Verbal - Desenvolvendo o Brincar - 40h Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (Optativa)* 60h
--	---

Curso:	10
Nome do Curso:	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo - ABA
Carga Horária	390h
Formação do Coordenador:	Ciências Biológicas
Número de Egressos (site E-MEC):	322
Modalidade:	A distância
Grade Curricular	Gestão de Tempo - 30h Projeto de Vida - 30h Coaching e Planejamento de Carreira - 30h Humanização da Saúde - 30h Desenvolvimento Infantil e Transtornos da Infância - 30h Storytelling - 30h Suporte Básico de Vida - 30h Ética e Bioética - 30h Princípios da Análise do Comportamento - 30h Biossegurança, Assepsia e Esterilização - 30h Transtorno do Espectro Autista e suas Especificidades - 30h Análise do Comportamento Aplicado (ABA) - 30h Análise do Comportamento Aplicado ao Autismo - 30h

Curso:	11
Nome do Curso:	Análise do comportamento aplicada ao Autismo - ABA
Carga Horária	360h ou 460h (se fizer as disciplinas optativas)

Formação do Coordenador:	Administração de Empresas
Número de Egressos (site E-MEC):	34
Modalidade:	A distância
Grade Curricular	Tecnologia Assistiva Transtorno do Espectro Autista Distúrbios de Aprendizagem Associados Psicopatologia Avaliação Cognitiva no TEA Dificuldade de Aprendizagem - Quadro Clínico e Sinais Indicadores de TEA Didática do Ensino Superior Disciplinas optativas: Metodologia da Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso

Curso:	12
Nome do Curso:	Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro do Autismo - ABA
Carga Horária	420h
Formação do Coordenador:	Pedagogia
Número de Egressos (site E-MEC):	300
Modalidade:	A distância
Grade Curricular	Metodologias Ativas de Aprendizagem A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Transtorno do Espectro Autista (TEA) Transtornos Globais (Invasivos) do Desenvolvimento - CID Tecnologia e Educação Inclusiva Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo - Educação Inclusiva Ética e conduta profissional em análise do Comportamento Aplicada Análise do Comportamento Aplicada ao Contexto Escolar Conceitos Básicos em Análise do Comportamento I Conceitos Básicos em Análise do Comportamento II

Curso:	13
Nome do Curso:	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo (ABA)
Carga Horária	560h
Formação do Coordenador:	Enfermagem
Número de Egressos (site E-MEC):	34
Modalidade:	A distância
Grade Curricular	Metodologia da pesquisa e do trabalho científico - 60h Ética e responsabilidade social e profissional - 60h Diversidade na aprendizagem de pessoas com necessidades especiais - 60h Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão - 60h Autismo e dificuldades de comunicação - 80h Autismo, educação e proposta de intervenção - 80h Transtorno do Espectro Autista (TEA) - 80h Transtornos globais do desenvolvimento (TGD) - 80h

Curso:	14
Nome do Curso:	ABA (Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro Autista e atraso no desenvolvimento)
Carga Horária	360h
Formação do Coordenador:	Psicologia
Número de Egressos (site E-MEC):	100
Modalidade:	Presencial
Grade Curricular	Princípios Básicos da Análise do Comportamento I - 20h Princípios Básicos da Análise do Comportamento II - 20h Humanismo e Ética - 40h Desenvolvimento Infantil Típico e Atípico - 20h Comportamento Verbal I - 20h Comportamento Verbal II - 20h ABA e Inclusão Escolar - 20h Ensino em Ambiente Natural - 20h Didática do Ensino Superior (EAD) - 20h

	Avaliação e Intervenção Comportamental I - 20h Avaliação e Intervenção Comportamental II - 20h Ensino por Tentativas Discretas - Aprendizagem sem Erro - 20h Comportamento Disruptivo - aquisição, expansão e redução de excessos comportamentais - 20h Metodologia do Trabalho Científico (EAD) - 40h Vivência Profissional Supervisionada - 40h
--	--

Curso:	15
Nome do Curso:	Análise do comportamento aplicada ao TEA
Carga Horária	640h
Formação do Coordenador:	O lattes do coordenador não foi localizado
Número de Egressos (site E-MEC):	50
Modalidade:	Presencial
Grade Curricular	Relacionamento Interpessoal e Ética Metodologia do trabalho científico Avaliação Educacional Didática do Ensino Superior Análise Comportamento Aplicada ao Autismo Transtorno do Espectro Autista- TEA Educação inclusiva Formação de Professores na TEA Currículo Adaptado na Inclusão do Deficiente Mental e intelectual Fundamentos da Educação Especial

Apêndice B

Lista de disciplinas constantes no eixo: Outros

nº	Curso	Nome da disciplina
1	1	Introdução à metodologia de pesquisa
2	2	Imersão 1
3	2	Imersão 2
4	2	Supervisão em ABA
5	2	Encontros de constatação de proficiência
6	3	Interface entre intervenção, família e escola
7	3	Metodologia científica
8	4	Didática do Ensino Superior
9	4	Leitura, produção de textos Científicos e formação docente
10	4	Metodologia Científica
11	4	Bases Neurobiológicas do Desenvolvimento Humano
12	4	Farmacologia
13	4	TEA e potencialização da aprendizagem
14	4	Tecnologia Assistiva
15	4	Prática supervisionada em ensino estruturado na perspectiva ABA
16	4	Prática supervisionada em ensino estruturado na perspectiva PECS
17	4	Trabalho de conclusão de curso
18	5	Alfabetização e Aprendizagem de repertórios simbólicos
19	5	Aprendizagem ampliada
20	6	Terapias Comportamentais Contextuais e Transtorno do Espectro Autista (FAP, ACT e DBT)
21	6	Perspectivas sobre o trabalho multiprofissional com o Transtorno do Espectro Autista: Fonoaudiologia, Psiquiatria, Terapia Ocupacional, Psicopedagogia, Direito, Nutrição e Psicomotricidade
22	6	Estágios supervisionados em avaliação diagnóstica e atendimento psicológico de crianças, adolescentes e adultos
23	6	Atividades complementares
24	6	O Self do Autista
25	7	Metodologias ativas de aprendizagem
26	7	Tecnologia e educação inclusiva
27	7	Análise do comportamento aplicada ao contexto escolar
28	8	Tecnologias assistivas, comunicação alternativa e aumentativa
29	8	Práticas pedagógicas para estudantes com TEA
30	8	Métodos, programas e práticas educacionais para ao atendimento de estudantes com TEA.
31	8	Atendimento educacional especializado (AEE) e sala de recurso multifuncional (SRM)
32	8	A escola inclusiva e o seu diferencial no atendimento de estudantes com TEA
33	8	Metodologia da pesquisa científica
34	9	Trabalho de conclusão de curso (optativo)
35	9	Desenvolvimento pessoal e profissional nas carreiras da saúde
36	10	Gestão de tempo

37	10	Projeto de vida
38	10	Coaching e planejamento de carreira
39	10	Humanização da saúde
40	10	Storytelling
41	10	Suporte básico de vida
42	10	Biossegurança, assepsia e esterelização
43	11	Tecnologia assistiva
44	11	Didática do ensino superior
45	11	Psicopatologia
46	11	Metodologia da pesquisa
47	11	Trabalho de conclusão de curso
48	12	Metodologias ativas de aprendizagem
49	12	Tecnologia e educação inclusiva
50	12	Análise do Comportamento aplicada ao contexto escolar
51	13	Autismo e dificuldades de comunicação
52	13	Diversidade na aprendizagem de pessoas com necessidades especiais
53	13	Metodologia da pesquisa e trabalho científico
54	14	Vivência profissional supervisionada
55	14	Metodologia do trabalho científico
56	14	Didática do ensino superior
57	15	Metodologia do trabalho científico
58	15	Didática do ensino superior
59	15	Avaliação educacional
60	15	Formação de professores na TEA
61	15	Fundamentos da educação especial
62	15	Currículo adaptado na inclusão do deficiente mental e intelectual